



Universidade Federal do Pampa

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PAMPA
CAMPUS SANT'ANA DO LIVRAMENTO
GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO**

RAFAEL CARDIANO FERREIRA SILVA

**FAVELADOS E FAVELIZADOS: Os desafios sociais e profissionais dos
empreendedores das favelas do Rio de Janeiro diante do Estado e do crime organizado**

TRABALHO DE CURSO

**Sant'Ana do Livramento
2025**

RAFAEL CARDIANO FERREIRA SILVA

FAVELADOS E FAVELIZADOS: Os desafios sociais e profissionais dos empreendedores das favelas do Rio de Janeiro diante do Estado e do crime organizado

Trabalho de Curso apresentado ao Curso de Administração, da Universidade Federal do Pampa - Unipampa como requisito para a obtenção do título de Bacharel em Administração.

Aprovado em 03 de julho de 2025:

Prof. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira Adão
(Presidente/Orientador)

Profª Rosemeri da Silva Madrid
(Membro da banca)

Prof. Martiele Gonçalves Moreira
(Membro da banca)

**Sant'Ana do Livramento
2025**

RESUMO

Este estudo tem como objetivo caracterizar os desafios sociais e profissionais enfrentados por empreendedores das favelas do município do Rio de Janeiro em meio ao Estado e o crime organizado. Como procedimentos metodológicos utilizou-se um estudo de campo, tendo um viés qualitativo. Como instrumentos de coleta de dados, utilizou-se um roteiro de entrevistas semiestruturado, com a aplicação de forma presencial e online, seguido de uma observação não participante que observou 18 favelas, totalizando 180 horas de trabalho de campo distribuídas em 60 dias, além da amostragem em bola de neve para entrevistar mais empreendedores e um diário de campo. Por último, a condução análise de dados se deu através da forma interpretativa, tendo a triangulação de dados entre os entrevistados, os autores, as observações não participantes e os documentos obtidos. Como resultados foi possível identificar que os empreendedores das favelas do município do Rio de Janeiro, enfrentam três tipos de marginalização, os estigmas e estereótipos, a exclusão econômica e social pelo Estado e sociedade, e a sujeição dos empreendedores para com o Estado e o crime organizado. A pesquisa revelou que a ausência de apoio público e social contribui para as dificuldades do dia a dia destes empreendedores, causando-lhes discriminações raciais persistentes e desigualdades socioeconômicas e ambientais que impactam diretamente nestes empreendedores e também moradores. Foi possível perceber também que, o Estado e o crime organizado se mostram de lados opostos desse contexto, ou os empreendedores são submetidos à leis e normas impostas pelas facções que controlam as favelas em que estes estão inseridos, ou o Estado adentra as favelas reprimindo e oprimindo os moradores e os comerciantes locais, sem distinção. O que perpetua estereótipos raciais e socioambientais, dificultando ainda mais a ampliação dos empreendedores favelados e favelizados. Espera-se que pesquisas futuras possam ser realizadas a fim de ampliar o conhecimento sobre as favelas e sua economia. Este estudo está vinculado ao Observatório de Gestão Universitária para a Inclusão e Desenvolvimento Social do Pampa – OBSERVAPAMPA.

Palavras-chave: Favelas; Favelados; Favelizados; Empreendedores; Sujeição de Empreendedores.

FAVELADOS AND FAVELIZADOS: The social and professional challenges of entrepreneurs in favelas of Rio de Janeiro facing the State and organized crime

ABSTRACT

This study aims to characterize the social and professional challenges faced by entrepreneurs in the favelas of the city of Rio de Janeiro amidst the State and organized crime. The methodological procedures used were a field study with a qualitative bias. Data collection instruments included a semi-structured interview schedule, administered in person and online, followed by non-participant observation in 18 favelas, totaling 180 hours of fieldwork spread over 60 days. The data were also analyzed using snowball sampling to interview additional entrepreneurs and a field diary. Finally, data analysis was conducted through interpretative methods, triangulating data among the interviewees, the authors, the non-participant observations, and the documents obtained. The results revealed that entrepreneurs in the favelas of the city of Rio de Janeiro face three types of marginalization: stigma and stereotypes, economic and social exclusion by the State and society, and their subjugation by the State and organized crime. The research revealed that the lack of public and social support contributes to the daily difficulties of these entrepreneurs, causing persistent racial discrimination and

socioeconomic and environmental inequalities that directly impact them and their residents. It was also clear that the state and organized crime appear on opposite sides of this context: either the entrepreneurs are subjected to laws and regulations imposed by the factions that control the favelas in which they operate, or the state enters the favelas, repressing and oppressing residents and local businesses without distinction. This perpetuates racial and socio-environmental stereotypes, further hindering the expansion of favela entrepreneurs and those living in favelas. Future research is expected to expand knowledge about favelas and their economies. This study is linked to the University Management Observatory for Inclusion and Social Development of Pampa (OBSERVAPAMPA).

Keywords: Slums, Favelizeds; Slum Dwellers; Entrepreneurs; Subjection of Entrepreneurs.

FAVELADOS Y FAVELIZADOS: Los desafíos sociales y profesionales de los emprendedores de las favelas de Río de Janeiro frente al Estado y el crimen organizado

RESUMEN

Este estudio busca caracterizar los desafíos sociales y profesionales que enfrentan los emprendedores en las favelas de la ciudad de Río de Janeiro en medio del Estado y el crimen organizado. Los procedimientos metodológicos utilizados fueron un estudio de campo con un sesgo cualitativo. Los instrumentos de recolección de datos incluyeron un cronograma de entrevistas semiestructuradas, administradas en persona y en línea, seguidas de observación no participante en 18 favelas, totalizando 180 horas de trabajo de campo distribuidas en 60 días. Los datos también se analizaron mediante muestreo de bola de nieve para entrevistar a emprendedores adicionales y un diario de campo. Finalmente, el análisis de datos se realizó mediante métodos interpretativos, triangulando datos entre los entrevistados, los autores, las observaciones no participantes y los documentos obtenidos. Los resultados revelaron que los emprendedores en las favelas de la ciudad de Río de Janeiro enfrentan tres tipos de marginación: estigma y estereotipos, exclusión económica y social por parte del Estado y la sociedad, y su subyugación por parte del Estado y el crimen organizado. La investigación reveló que la falta de apoyo público y social contribuye a las dificultades diarias de estos emprendedores, causando discriminación racial persistente y desigualdades socioeconómicas y ambientales que los impactan directamente a ellos y a sus residentes. También quedó claro que el Estado y el crimen organizado aparecen en lados opuestos de este contexto: o los emprendedores están sujetos a leyes y regulaciones impuestas por las facciones que controlan las favelas en las que operan, o el Estado entra en las favelas, reprimiendo y oprimiendo a los residentes y negocios locales sin distinción. Esto perpetúa los estereotipos raciales y socioambientales, obstaculizando aún más la expansión de los emprendedores de las favelas y de quienes viven en ellas. Se espera que futuras investigaciones amplíen el conocimiento sobre las favelas y sus economías. Este estudio está vinculado al Observatorio de Gestión Universitaria para la Inclusión y el Desarrollo Social de Pampa (OBSERVAPAMPA).

Palabras-clave: Favelas; Favelados; Favelizados; Emprendedores; Sujeción de los Emprendedores.

1 INTRODUÇÃO

No Brasil, existem atualmente 12.348 favelas e comunidades urbanas, nas quais residem cerca de 16.390.815 pessoas. Desse total, 73% são negras (pretas e pardas), representando aproximadamente 7,7% da população brasileira que vive em 6.556.998 domicílios. Dessas favelas brasileiras, 813 estão no município do Rio de Janeiro, onde 1.349.942 cariocas vivem em 576.772 domicílios, evidenciando a dimensão da segregação socioespacial e racial no país, reforçando a necessidade de políticas públicas que promovam a inclusão, a transformação estrutural e econômica dessas favelas (IBGE, 2022).

As favelas cariocas surgiram como resultado de políticas habitacionais excludentes e negligentes, pautadas no poder e na expansão socioespacial urbana (Campos, 2004). Essas políticas urbanas, historicamente negligentes e excludentes, contribuíram para a segregação dos habitantes de baixa renda, em especial a população negra. A Lei de Terras (Lei nº 601/1850) consolidou a concentração fundiária ao estabelecer que as terras públicas só poderiam ser adquiridas por compras e não por ocupação, além de exigir pagamento em dinheiro e registro formal. Essa medida, aliada à proibição de posse coletiva (comum entre quilombolas e indígenas), restringiu o acesso dos negros libertos à terra, já que a maioria não possuía recursos para comprá-la ou regularizá-la. Enquanto isso, imigrantes europeus eram incentivados pelo Estado com subsídios e lotes gratuitos, aprofundando as desigualdades raciais e promovendo o embranquecimento racial (Brasil, 1850; Oliveira, 2013; Fernandes, 2020).

Destaca-se que, conforme os autores Cardiano, Dornelles e Cerqueira-Adão (2024), naquele período, os negros que haviam sido escravizados enfrentavam restrições para obter terras devolutas, tanto na província do Rio de Janeiro quanto em diversas regiões do país.

A branquitude, entendida como o lugar de privilégio ocupado pelas pessoas brancas na sociedade, está presente como um eixo central de poder na estruturação das Américas. Esse poder se consolidou por meio de empreendimentos materiais que reforçaram a colonialidade e as estruturas de dominação no Brasil, perpetuando desigualdades raciais e econômicas que ainda impactam as favelas hoje. Iturriet e Cardiano (2024) destacam que, o caráter de colônia exploratória na formação do Brasil perpetuou uma desigualdade econômica estratificada para todos os grupos racializados neste país (Fernandes, 2020; Furtado, 2007; Ribeiro, 2015; Gonzalez, 2020; Oliveira, 2013; Prado Jr, 2011).

A marginalização histórica da população negra pós-abolição, como apontam Daflon (2017) e Moura (2014), criou as bases para a formação de economias informais nas favelas, cenário que ainda impacta os empreendedores atuais.

Além disso, sua participação em mercados informais e subalternizados foi essencial para sustentar a economia dos centros urbanos, como apontam Oliveira (2013) e Theodoro (2022). A política adotada gerou ainda mais repressão baseada na segregação racial e no não acesso a economia, fazendo com que desigualdades sociais se estruturassem e perpetuassem até os dias atuais.

Observa-se que boa parte da população branca brasileira nunca se assumiu verdadeiramente racista, porém admitem que a sociedade brasileira é racista. Da Matta (1981) conceitua o termo “Racismo à brasileira” na qual pessoas admitem que existe racismo, mas não se consideram racistas. Porém, esse modo de agir não era verdadeiro, o que leva a ressaltar nas relações sociais do Brasil o ‘Mito da Democracia Racial’ abordado por Guimarães (2001). Essa manifestação é tão forte e enraizada no país que, aos olhos de um estrangeiro, parece que brancos e negros convivem em harmonia no Brasil.

Quando sancionada a Lei nº 3.353/1888, também conhecida como a Lei Áurea, que aboliu a escravidão no Brasil, o Estado não propôs nenhuma política que abrangesse os negros, marginalizando-os ainda mais, pois enquanto escravizados, tinham acesso à senzala e à

comida. Mas, e depois disso? Pós-abolição o negro brutalmente marginalizado, liberto e sem algum tipo de políticas públicas, foi trocado por trabalhadores europeus que chegaram em grandes levadas no Brasil e passaram a garantir o trabalho nas lavouras e, diferente dos escravizados recém-libertos, esses tinham acesso à terra e ao trabalho pago.

A segregação social forçou os pobres a se afastarem dos centros urbanos, onde residiam nos cortiços, fazendo com que surgissem novas alternativas para a expansão socioespacial, predominantemente assentamentos informais e ilegais, sem serviços básicos ou a assistência do Estado, perpetuando as desigualdades sociais. As favelas são produtos das relações de poder que moldam a cidade, onde o acesso à moradia digna e aos serviços urbanos é frequentemente negado às populações marginalizadas e especuladas por aqueles que detêm esse capital em específico (Campos, 2004; Cardiano, Dornelles e Cerqueira-Adão, 2024).

Já para Santos (2009), os ‘pretas e pretos forros’, em sua maioria doentes ou velhos — que não tinham mais função para o sistema escravagista —, viviam em cortiços e buscavam sustento em atividades como cozinheiros, quitandeiras, prostitutas, carregadores e marinheiros. Além disso, muitas mulheres libertas trabalhavam como amas de leite, recebendo pagamentos trimestrais da Irmandade do Senhor Jesus dos Passos.

Celso Athayde e Renato Meirelles (2019), através da Central Única das Favelas (CUFA) e Data Favela e Locomotiva, ajudaram a produzir uma das maiores pesquisas já realizadas nas favelas do país. O difícil processo de empregabilidade da população negra periférica do Rio de Janeiro e o empreendedorismo como alternativa para essa empregabilidade estão representados nos dados, pois, com o aumento do desemprego e a informalidade, cresceu também a economia das microempresas e Microempreendedores Individuais (MEIs) nas favelas não exclusivamente do Rio de Janeiro, mas do Brasil, com o dado comprobatório de que em 2020 os moradores das favelas brasileiras arrecadaram mais de 119,8 bilhões de reais no ano, isso com 16,3 milhões de pessoas que vivem em Favelas, desafiando narrativas que estereotipam e estigmatizam estes espaços geográficos (Instituto Data Favela e Locomotiva, 2020).

Ainda sobre o Data Favela, tal observação surge a partir de uma realidade que desde os tempos imperiais, existe uma intenção nítida de manter parte da população marginalizada em um patamar social abaixo de um grupo majoritariamente favorecido com esta disparidade (neste caso o grupo composto por pessoas brancas). Esta realidade nada mais é senão o racismo estrutural e ambiental, base fundante deste país, que se disseminou e mantém com tamanha força que a discriminação racial e ambiental uma hora ou outra vai ser um óbice na vida das pessoas que ocupam esses espaços periféricos.

Uma pesquisa realizada apontou que existem cerca de 5,2 milhões de empreendedores nas mais de 12 mil favelas em todo o país e que 35% da população que vivem em favelas têm como maior sonho profissional se tornar autônomo (Instituto Data Favela e Locomotiva, 2023).

As atividades econômicas nas favelas incluem cabeleireiros, vendedores ambulantes, mototaxistas, restaurantes e eventos como bailes funk, que impulsionam a renda de empreendedores locais e atraem moradores e turistas. Tanto moradores quanto visitantes acabam consumindo e ajudando a economia das favelas cariocas a serem espaços socioespaciais que mais crescem economicamente, sejam com bancos, universidades, institutos técnicos e empresas, ou com a presença, ainda que precoce, do Estado e de políticas públicas.

Programas como o Desenvolvimento Econômico Territorial em Regiões Urbanas de Baixa Renda (DET/RUBR) do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae) tem apoiado a profissionalização de empreendedores nas favelas, oferecendo cursos e microcréditos, embora desafios estruturais ainda persistam (Sebrae, 2017).

Este estudo tem como problemática central analisar os desafios cotidianos e estruturais enfrentados por empreendedores das favelas Rio de Janeiro, com foco nas adversidades de ordem social, como estigmas e exclusão dos favelados no âmbito profissional e social, como

limitações de acesso a créditos, infraestrutura e mercados. Além das dificuldades diárias que encontram os cariocas que vivem nas favelas, o Censo do IBGE (2022) aponta que a rede geral de água chegou a 97,13% dos domicílios das favelas cariocas; a rede de esgoto alcançou 88,53% dos domicílios; a coleta de lixo chegou a 97,5%; a população alfabetizada chegou a 94,97%; a idade média dos moradores das favelas cariocas é de 32 anos.

Há que se observar que, do ponto de vista da problemática deste estudo, tem-se que, apesar da existência de políticas públicas voltadas para a promoção destes empreendimentos, como a implementação de Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) em algumas destas favelas, gerando mais estabelecimentos e unidades do Sebrae, a eficácia dessas políticas ainda é, um tanto quanto, questionável.

Dada a problemática acima, a questão central de pesquisa deste estudo é: como se caracterizam os desafios sociais e profissionais enfrentados pelos empreendedores das favelas do Município do Rio de Janeiro frente aos embates entre o Poder do Estado e as forças do crime organizado?

Esse estudo conta com um objetivo geral e quatro objetivos específicos para a melhor compreensão do leitor sobre identificar a influência dos desafios sociais e profissionais enfrentados por empreendedores das favelas do Município do Rio de Janeiro.

Para responder à questão acima foram elaborados os seguintes objetivos:

a) Objetivo Geral: Caracterizar os desafios sociais e profissionais enfrentados pelos empreendedores das favelas do município do Rio de Janeiro frente aos embates entre o Poder do Estado e as forças do Crime Organizado.

b) Objetivos Específicos:

- Identificar os desafios sociais e profissionais enfrentados por empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro;
- Analisar o impacto do Projeto Favela Kennedy nas dinâmicas socioeconômicas das favelas cariocas, com foco nos desafios enfrentados pelos empreendedores;
- Compreender o Poder do Estado e o Poder do Crime Organizado em áreas de favelização na cidade do Rio de Janeiro;
- Compreender a sujeição dos empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro.

Este estudo se justifica pela necessidade de compreender os desafios enfrentados pelos empreendedores das favelas cariocas, grupo que movimenta bilhões de reais anualmente, mas permanece invisibilizado nas políticas públicas e nas pesquisas acadêmicas. Como demonstrado na pesquisa, esses trabalhadores enfrentam uma tripla marginalização: são estigmatizados por seu endereço, excluídos das linhas de crédito e submetidos a um sistema perverso onde Estado e crime organizado operam como faces da mesma moeda de opressão (Cardiano e Iturriet, 2024).

A histórica "Lei das Favelas" (2.875/1956), que há quase 70 anos prometia soluções pontuais como a suspensão temporária de despejos, simboliza o ciclo de negligência e fracasso das políticas habitacionais. Nossos dados revelam que esse abandono se repete hoje na ausência de programas efetivos para microempreendedores, obrigados a navegar entre a burocracia estatal e as "taxas de proteção" do crime. Ao vincular-se ao OBSERVAPAMPA, o trabalho assume seu compromisso com a produção de conhecimento que possa subsidiar políticas públicas antirracistas e includentes, capazes de enxergar nas favelas potencial econômico, cultural, social e ambiental.

Embora a presença do Estado nas favelas tenha aumentado nas últimas décadas, as políticas públicas ainda são insuficientes para garantir condições equitativas de transformação estrutural aos empreendedores e moradores. As desigualdades existentes perenizam nestes territórios, pois sua transformação estrutural, potencial criativo e econômico são historicamente

limitados nas favelas. A favelização — nome dado ao processo de criação de ocupações irregulares nos centros urbanos da antiga capital do Brasil, Rio de Janeiro — teve como fatores principais as desigualdades econômicas, sociais, raciais, ambientais e a negação do acesso à moradia para estas pessoas (Barreira e Botelho, 2008).

Há um pressuposto de que poucos autores falam sobre o empreendedorismo nas favelas, fazendo com que este estudo tente mudar isso, mostrando a importância e o potencial pouco explorado no ambiente acadêmico. A justificativa se dá pela ausência de pesquisas relacionando favela e empreendedorismo, em que nas buscas realizadas teve-se uma baixa incidência de artigos. Na Plataforma Periódicos Capes, foram encontradas apenas 13 investigações. O portal de periódicos SciELO conta com 5 artigos relacionados à favela e empreendedorismo. Já no sistema de pesquisas científicas Science Direct foi contabilizado 1 artigo. E por fim, os periódicos SCOPUS e SPELL não foram encontrados nenhuma pesquisa acerca desta temática.

Do ponto de vista prático, esta pesquisa se justifica em função de tornar visível um fenômeno que a sociedade insiste em invisibilizar, qual seja, a favelização. Este estudo busca demonstrar, minimamente, os desafios que existem e que merecem atenção para que empreendedores possam não somente desenvolver seus empreendimentos, mas também gerar mais economia e um avanço nas favelas cariocas.

Ainda, do ponto de vista prático, com este estudo se espera que uma proposição de transformação positiva das favelas ajude a reduzir as desigualdades promovendo uma inclusão mais justa e equitativa no tecido urbano carioca e ainda se pretende que este estudo sirva de auxílio para o processo de tomada de decisões de empreendedores-moradores e do poder público carioca.

Este estudo foi estruturado da seguinte forma: a) Introdução com a contextualização do tema, problematização, pergunta de pesquisa, objetivo geral, objetivos específicos e justificativa; b) Referencial Teórico; c) Procedimentos Metodológicos; d) Análise dos Dados; e) Considerações Finais. Ao dividir a pesquisa, é possível obter um aprofundamento diante das análises feitas e das complexidades de cada uma das partes. Levando em consideração as relações que estão presentes, além das dinâmicas socioeconômicas, socioespaciais e principalmente o contexto específico do espaço geográfico, mediante o crime organizado e o Estado, cada um com suas leis, bem como, as implicações que os empreendedores-moradores têm chamado de sujeição.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

Com base em autores com conhecimento existente na área, este capítulo apresenta os seguintes temas: Os desafios sociais e profissionais enfrentados por empreendedores-moradores das favelas do Rio de Janeiro; O processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro (Projeto Favela Kennedy); Poder do Estado e o Poder do crime organizado em áreas de favelização na cidade do Rio de Janeiro; A sujeição dos empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro.

2.1 Os desafios sociais e profissionais enfrentados por empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro

As Estatísticas dos Cadastros de Microempreendedores Individuais comprovam que em 2022, o Brasil tinha 14,6 milhões de MEIs, sendo mais da metade (51,5%) no setor de serviços. Ressalta-se que, 4,1 milhões estavam presentes no Cadastro Único (CADÚnico), desses, 2,1 milhões eram beneficiários do Programa Bolsa Família (PBF), porém, a Classificação Nacional de Atividades Econômicas (CNAE) aponta um destaque para o setor de beleza, composto por

9% dos MEIs, representando cerca de 1,3 milhões de empreendedores. Ainda sobre os dados, 53,6% dos MEIs são do sexo masculino e 29,9% têm entre 30 e 39 anos, a idade média de MEIs em 2022 era: mulheres com 41,1 anos e os homens 40,6 anos (IBGE, 2024).

No entanto, dos 10,5 milhões de MEIs que se tinha dados sobre autodeclaração, 4,7 milhões se declararam brancos, representando 44,7% MEIs, o segundo maior grupo são os pardos que tem 3,1 milhões de MEIs, representados em 29,8%, em seguida os pretos com 491,6 mil representados em 4,7%, além dos amarelos com 64,3 mil e os indígenas com 19,2 mil MEIs (0,6% e 0,2%, respectivamente). Ainda acerca do censo realizado, destaca-se que 2,5 milhões de MEIs tinham vínculo empregatício em 2022, e a distribuição nacional dos números de MEIs por estados e Distrito Federal aponta que, 1,6 milhões de cariocas são MEIs, representados em 11,3% dos MEIs registrados no Brasil (IBGE, 2024).

Porém, a principal diferença entre o Microempreendedor e o MEI é em relação ao faturamento anual das duas categorias. O MEI tem um limite de 81 mil reais por ano, enquanto o Microempreendedor tem um limite de 360 mil reais. Com base no crescimento dos empreendedores no Brasil, em dezembro de 2006, via uma Lei Complementar de nº 123, é instituído o Estatuto Nacional da Microempresa e da Empresa de Pequeno Porte, para facilitar a atividade empresarial e a unificação no recolhimento de contribuições e impostos. Já em relação ao microempreendedor individual:

Em 2008, a Lei Complementar nº 128 criou a figura do MEI estabelecendo um regime jurídico específico para aqueles profissionais que atuavam por conta própria ou que queriam iniciar sendo reconhecidos como pequenos empresários (Sebrae, 2017, p. 7).

A compreensão dos desafios sociais e profissionais dos empreendedores-moradores no processo expansionista socioespacial urbano, que culminou na criação das favelas do Rio de Janeiro, pode ser observada por políticas públicas, movimentos sociais e dinâmicas socioeconômicas. Como discutido na introdução, a população negra, historicamente marginalizada, foi forçada a se adaptar a estereótipos criados pela elite branca, conforme destacam Daflon (2017) e Moura (2014).

Uma das possibilidades de análise é compreender, por meio de um único processo de formação socioespacial, aspectos como cultura, política, discriminação, segregação espacial e, principalmente, a criminalização das populações mais pobres. Sobre a expansão socioespacial carioca e brasileira no século XIX, Campos (2004) descreve que, o movimento de modernização do País, ocorreu por meio de um golpe de Estado, amplamente apoiado pela elite oligárquica e pelos setores médios. Buscando se igualar aos países da Europa em termos de transformação estrutural industrial, cultural e habitacional, a ocupação de centros urbanos tornou-se uma prioridade (Campos, 2004).

No caso da Guanabara, que era a capital do país (1763-1960), muitos desses centros urbanos já estavam ocupados pelos pobres nos chamados ‘cortiços’. Tal observação surge a partir de uma realidade que desde os tempos imperiais, mostra que existe uma intenção nítida de manter parte da população marginalizada em um patamar social abaixo de um grupo majoritariamente favorecido com esta disparidade (neste caso o grupo composto por pessoas brancas). Esta realidade nada mais é senão o racismo estrutural, base deste país, que se disseminou e mantém com tamanha força que a discriminação racial uma hora ou outra vai ser um óbice na vida da pessoa negra, que predominantemente ocupam esses espaços periféricos (Campos, 2004; Cardiano, Dornelles e Cerqueira-Adão, 2024).

Embora a presença e a economia de empreendedores nas Favelas tenham aumentado significativamente, passando a concorrer com MEI, micro e pequenas empresas que estão localizadas fora das Favelas, eles ainda enfrentam inúmeros desafios para a abertura e principalmente a permanência e a transformação estrutural de seus empreendimentos nas

Favelas. O Brasil conta com 12.348 Favelas e cerca de 16.390.815 pessoas, se juntas fossem um Estado, seria a 6ª maior massa de renda do país, com os moradores movimentando mais de R\$ 202 bilhões de reais em renda própria por ano (Data Favela e Locomotiva, 2023; IBGE, 2022).

A pesquisa do Data Favela e Locomotiva (2023) apresentou dados relacionados ao empreendedorismo, mercado de trabalho e renda nas favelas, e constatou que: 61% dos entrevistados já mentiram o endereço na entrevista de emprego com medo de não serem chamados por morar em favelas; 29% estão desempregados; 78% já empreenderam, empreendem ou querem empreender; a economia criativa (música, artesanato, produção de sites e vídeos, etc) empregam 19% dos trabalhadores das favelas; apenas 37% tem CNPJ; o meio de pagamento preferido é o dinheiro (62%), seguido por pix (49%) e cartão de crédito (33%). No que tange às preocupações dos empreendedores, estão a segurança para os moradores; melhores condições de habitação/moradia; maior infraestrutura; melhor saúde; melhor educação; respeito para os moradores; mais opções de transportes.

Já sobre os desafios profissionais para os empreendedores-moradores, salienta-se a importante pesquisa realizada pelo Instituto de pesquisas Favela Diz (2024) e G10 favelas (2024) e, na qual são presididas respectivamente por Marx Rodrigues e Gilson Rodrigues, denominada de ‘Casas de apostas bets nas favelas do Brasil’. Os dados obtidos expõem que mais de 53,5% dos moradores afirmaram estar comprando menos em lojas locais, ou seja, nas favelas, por conta das apostas online. Além disso, 24,2% relataram frequentar menos restaurantes e bares, ademais, 61,1% dos participantes responderam acreditar que as apostas online estão contribuindo para o fechamento dos comércios nas favelas.

De acordo com a autora Yaccoub (2015), em sua pesquisa intitulada ‘Lições da Favelas: as economias de compartilhamento de bens e serviços na Barreira do Vasco - RJ’, destaca que, a favela observada (Barreira do Vasco) desenvolveu estratégias econômicas e sociais, que possibilitam os empreendedores-moradores compartilharem a ideia de consumo colaborativo. Yaccoub (2015) destaca que, embora as práticas adotadas pelos empreendedores-moradores sejam de predominância informal, resulta em iniciativas fundamentais para além da sobrevivência diária, a transformação estrutural da favela.

Conforme descreve Abílio (2019), um exemplo prático disso é o fenômeno que torna cada vez mais centralidade no trabalho, o da uberização. A uberização é um fenômeno contemporâneo que conta com a mudança de relações de trabalho devido à ascensão dos aplicativos digitais como Uber e iFood, em que se desregulamenta os direitos trabalhistas, as cláusulas de contrato e a forma clássica de gerenciamento chefe-trabalhador, isto é, supostamente, o trabalhador agora seria chefe de si, como pode ser visto na visão do autor acima. Observa-se a uberização como uma das alternativas de trabalho dos favelizados, visto que, é crescente o número de entregadores e empreendimentos que contam com esses serviços em espaços favelados.

Ainda sobre o discurso do mito do empreendedorismo, Antunes (2020) destaca que a classe operária contemporânea se vê precarizada, com a ilusão de ser “seu próprio patrão” através do discurso do empreendedorismo. Não por acaso, o Brasil é o país com mais trabalhadores por conta própria na América Latina (OIT, 2023), e também com a maior taxa de informalidade, superando os 40 milhões de trabalhadores (IBGE, 2024). Antunes (2018), a crítica ao empreendedorismo e seu ilusionismo, revela-se especialmente pertinente no contexto favelado: enquanto o Estado falha em garantir direitos básicos e o crime organizado impõe suas próprias regras (Franco, 2018), a narrativa do ‘ser seu próprio patrão’ mascara a precarização estrutural do trabalho, agora reformulada sob a lógica da individualização e da autoexploração.

Portanto, deve-se partir do princípio de que sempre haverá inúmeros desafios, sejam eles sociais ou profissionais, impostos pelo Estado ou pelo crime organizado, que esses

empreendedores-moradores têm de enfrentar. A seguir apresenta-se o impacto do Projeto Favela Kennedy nas dinâmicas socioeconômicas das favelas locais.

2.2 O impacto do Projeto Favela Kennedy nas dinâmicas socioeconômicas das favelas cariocas

A análise das relações de poder no processo expansionista socioespacial urbano, que culminou na criação das favelas do Rio de Janeiro e sua favelização, pode ser observada mediante políticas públicas, movimentos sociais e dinâmicas socioeconômicas. À medida que o movimento abolicionista ganhava força e importância no Brasil, tornou-se um instrumento essencial para analisar questões habitacionais e sociais, além de se nortear acerca da marginalização dos mais desfavorecidos. Os autores Laschefski e Costa (2008) destacam que o conflito em questão envolve a disputa pela localização de processos considerados indesejáveis. Entre esses processos, está tanto a ocupação informal, frequentemente relacionada à formação de favelas, quanto às áreas de habitação popular planejadas para populações de baixa renda.

Assim, iniciou-se uma perseguição aos moradores dos cortiços, especialmente aqueles localizados nas áreas centrais da cidade. Como resultado da segregação social e das tentativas de retirar os pobres das áreas centrais do Rio de Janeiro, surgiram alternativas para a expansão socioespacial desta população (Campos, 2004). O Museu Virtual Rio Memórias, apresenta dados que nas décadas de 1850 e 1860 as habitações se multiplicaram, chegando a mais de 392 cortiços somente na região da freguesia de Santana (local onde ficava o maior cortiço do Brasil, conhecido como “Cabeça de Porco”, que chegou a ter cerca de 2 mil moradores, localizado na Zona Portuária).

Sob o pretexto higienista, mas visivelmente sob o preconceito de raça e classe e com uma dose de medo das Revoluções Escravas que eclodiram na segunda metade do século XIX, a preocupação com as habitações que historicamente sempre foram cobiçadas pela elite oligárquica e setores médios, a partir dos anos 1870, foi defendida através de políticas de endurecimento de medidas e leis para eliminar os cortiços e fazer uma limpeza étnica no centro da cidade. A derrubada destas construções na área central da Capital do Brasil e como símbolo a demolição da Cabeça de Porco em 1893, assistida e ordenada pelo então prefeito da época Barata Ribeiro (1892-1893), marcou além de uma política de limpeza étnica, o início do processo de favelização nos morros cariocas, os fundos da Cabeça de Porco dava para o que chamamos hoje de Morro da Providência, que foi a 1ª Favela do Brasil e teve esse nome para que autoridades locais tomassem uma Providência as questões habitacionais ao povo pobre e negro que ali estavam, (Valladares, 2005).

O Decreto nº 720 de 29 de janeiro de 1892, cedeu ao Ministério do Interior, à época a quantia de 1.204:380\$ reis, convertidos hoje dariam cerca de R\$ 30.109.500,00 de reais com a justificativa de suprir as despesas de higiene, polícia sanitária urbana, limpeza da cidade e praias, hospital de São Sebastião e desinfetórios. A política pública higienista e de limpeza étnica dos centros estava consolidada a nível federal e não pararia naquele século.

10 anos após o Decreto nº 720, a reforma urbana Pereira Passos, capitaneada pelo presidente da República Francisco de Paula Rodrigues Alves (1902-1906) teve como premissa, solucionar problemas epidemiológicos, a falta de saneamento básico estruturante e deu ao prefeito Francisco Pereira Passos (1902-1906) e ao médico sanitariano Oswaldo Cruz para cuidar do projeto da Saúde Pública e urbanística da cidade carioca. De acordo com Silva (2019, p. 2):

A Reforma Urbana Pereira Passos foi uma tentativa de europeização e aburguesamento da cultura por meio de arquitetura, ideais e costumes. [...] Dessa forma, as mudanças na capital tiveram um caráter urbanístico, sanitário e também

comportamental, e a transformação da cidade se deu em um nível simbólico-espacial. Uma frase muito usual na época era “o Rio civiliza-se”, que demonstra todo esse imaginário.

Dentro da ‘Reforma Pereira Passos’, um conjunto de obras públicas denominadas “Bota-Abaixo” que remodelaram a urbanização da cidade do Rio de Janeiro no início do século XX ganhou forma através da desapropriação de imóveis, ou seja, cortiços e casas nas encostas dos morros como abordam Silva (2019) e Magalhães (2010), ver figura 1 abaixo.

Figura 1 - Cortiço da Rua Visconde do Rio Branco (1906)



Fonte: Augusto Malta / Arquivo Geral da Cidade do Rio de Janeiro.

Com a justificativa de modernizar a cidade e torná-la atrativa para os estrangeiros e em sanear e higienizar a cidade para os moradores ocorreu uma limpeza étnica de maneira a segregar os pobres dos centros urbanos, favorecendo as especulações imobiliárias e rodoviárias (Gonçalves, 2002). Segundo Abreu (2013), nem todos os removidos dos cortiços ocuparam os morros do entorno do centro da antiga cidade da Guanabara, muitos foram se alojar nos subúrbios, dando início à ocupação desses territórios.

Estima-se que vinte mil pessoas foram desabrigadas pela demolição dos cortiços e que mais de duas mil e quinhentas casas foram demolidas. Para essa reforma, o governo destruiu quase todos os cortiços da cidade, conforme Oliveira (2019).

De acordo com Silva (2020), embora as favelas sejam frequentemente associadas a condições de pobreza, miséria, fome e desemprego, as favelas possuem um potencial de crescimento e transformação estrutural ainda pouco explorado, e, quando se é explorado, muitas vezes ocorre visando o interesse das classes mais privilegiadas, gerando assim mais detrimento da população favelizada. Por isso, percebe-se que, o processo de favelização carioca tem-se mostrado ineficaz, pois, desafios históricos, como mencionado anteriormente, tendem a persistir nestes espaços sociais.

Ressalta-se ainda que, a história e a cultura das favelas e dos espaços geográficos favelizados desempenham um papel de suma importância na formação identitária e das dinâmicas de poder e transformação estrutural e econômica dessas áreas. Conforme Leite (2015) aponta que, na cidade carioca, observa-se um processo duplo. Por um lado, há a transformação das potencialidades das favelas em mercadorias, como a construção de pousadas, a expansão dos roteiros turísticos nestas favelas e a oferta de produtos e serviços que usam a “marca favela” para agregar valor, o que acaba valorizando a favela e as moradias. Por outro

lado, existe um incentivo e apoio ao empreendedorismo local, alinhado à lógica do ‘city marketing’.

Ainda sobre Leite (2015, p. 10), para a compreensão das complexidades de políticas públicas eficazes ao seu objetivo e inclusivas aos mais desfavorecidos, para que se gere uma transformação estrutural e equitativa dos empreendedores-moradores das Favelas do Rio de Janeiro, deve-se destacar que:

Transformar o favelado, produzir este novo homem, primeiro “pacificado” (ou seja, desvinculado dos nós das redes de tráfico de drogas ilícitas e da violência que as acompanha), depois “capturado pelo mercado” (através da ideologia do empreendedorismo que anima as iniciativas estatais e não governamentais no território) vem se constituindo no imperativo estratégico matriz, nos termos de Foucault, dos dispositivos de alteração do lugar de “margem” das favelas na cidade.

Conforme destaca Valladares (1978), o programa de remoção de favelas e reassentamento de famílias faveladas, fez com que o Estado realocasse a população pobre e desassistida da Zona Norte e do centro, para a Zona Oeste carioca, culminando em uma expansão desordenada e um desmatamento nunca visto anteriormente. A justificativa da Prefeitura do Rio de Janeiro (Rio de Janeiro, 2014) foi a expansão da malha urbana para a zona oeste em razão das áreas de planejamento 1, 2 e 3 (Centro, Zona Sul e Zona Norte respectivamente). Portanto, criou-se a área de planejamento 4 (Zona Oeste), diferentemente das áreas 1, 2 e 3 a ocupação e a preservação do solo ocorreu de maneira distinta, assim como a questão imobiliária que passou a servir como base para os Projetos das Companhias Habitacionais (COHAB) (Nicola, 2021).

Figura 2 - Mapa Geográfico da Favela da Vila Kennedy, Vila Aliança e Vila Vintém



Fonte: Crime News, 2023.

O mapa apresentado acima destaca os desafios geográficos que os empreendedores-moradores enfrentam na favela da Vila Kennedy e no seu entorno, rodeada de outros complexos de favelas, como a Vila Aliança e a Vila Vintém. O que separa um complexo de outro é um morro ainda preservado de mata e a frente da Vila Aliança se encontra outro complexo que seria a Vila Vintém, os 3 complexos com 3 facções diferentes Comando Vermelho Rogério Lemgruber (CVRL), Terceiro Comando Puro (TCP), Amigos dos Amigos (ADA).

A favela da Vila Kennedy, na Zona Oeste do Rio, é composta por grandes conjuntos habitacionais próximos à Avenida Brasil. Evidencia-se que as ruas deste bairro têm nomes de países africanos, asiáticos e de músicos, a migração dos cariocas para este espaço geográfico se deu através do programa Aliança para o Progresso, criado pelo presidente estadunidense John Kennedy (daí o nome atual do espaço geográfico). Porém, destaca-se que deram o nome de Vila Progresso com sua inauguração no dia 20 de janeiro de 1964 com 5.054 habitações construídas inicialmente (Dicionário de Favelas Marielle Franco, 2023).

Após apresentar-se o processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro (Projeto Favela Kennedy), passa-se a apresentar o poder do Estado e o poder do crime organizado em áreas de favelização na cidade do Rio de Janeiro.

2.3 Poder do Estado e o poder do crime organizado em áreas de favelização na cidade do Rio de Janeiro

As autoras Ximenes, Cardoso e Luft (2023), dividem em cinco períodos as principais tendências de relação entre o Estado e as favelas, ressaltando-se a dominação e a hegemonização, conforme quadro abaixo:

Quadro 1: Períodos históricos da relação Estado-favelas no Rio de Janeiro

Período	Intervalo Temporal	Características Principais	Ações de Estado
Invisibilidade	Final do século XIX - 1930	- Não reconhecimento institucional das favelas - Estereótipos de espaço de desordem e risco sanitário	- Repressão policial pontual - Intervenções higienistas
Controle Ambíguo	1930 - 1962	- Políticas oscilantes entre repressão e tolerância - Primeiras tentativas de regulamentação	- Códigos de postura municipais - Remoções seletivas
Reparação e Remoção	1962 - 1973	- Remoções em massa de favelas - Ações violentas e autoritárias	- Grandes operações de despejo - Transferência para conjuntos habitacionais periféricos
Tolerância e Integração Subordinada	1973 - 1988	- Redução das remoções em massa - Surgimento de movimentos por direitos à moradia	- Regularização fundiária incipiente - Programas sociais limitados
Reconhecimento e Integração	1988 - atual	- Avanços na legislação urbana - Maior segurança jurídica para moradores	- Políticas de urbanização de favelas - Ações municipais e estaduais fragmentadas

Fonte: Adaptado de Ximenes, Cardoso e Luft.

Conforme quadro acima tem-se que, desde o final do século XIX, houve uma negligência e invisibilidade por parte das autoridades competentes, embora as mesmas historicamente façam constantes intervenções, sejam por moradias e desapropriação, higienistas, tentativa de controle territorial, entre outras. Destaca-se ainda que, as ações do Estado e a repressão constante, gerou somente mais atrasos para os moradores e empreendedores, além dos dados mostrarem a seletividade em que o favelado é tratado pelo Estado, sobrevivendo diariamente a abusos de autoridade, sujeição e genocídio (Ximenes, Cardoso e Luft, 2023).

Paula (2020) menciona que as políticas públicas no Brasil têm sido historicamente excludentes, perpetuando a segregação socioespacial e racial. Ela ainda destaca a importância para uma inclusão dos favelados e favelizados cariocas no planejamento urbano estadual, pois essas áreas não estão representadas e são pensadas também como parte do Estado nas discussões, mas são colocadas em constante marginalização.

As favelas do município do Rio de Janeiro possuem uma estrutura ampla do crime organizado, com quatro facções atuantes nesses espaços geográficos. Tem-se a presença do Comando Vermelho Rogério Lemgruber (CVRL), Terceiro Comando Puro (TCP), Amigos dos Amigos (ADA), a Milícia e a Máfia do Jogo do Bicho. Estas organizações criam os seus próprios conjuntos de regras que regem estes territórios controlados por elas, moldando assim a vida nas favelas, levando a sujeição dos empreendedores-moradores que muitas vezes são coagidos a comportamentos violentos e coercitivos enquanto habitam estes espaços. Pode-se entender a sujeição dos empreendedores nas favelas como, a dependência que se tem do que o crime organizado impõe como regra e de como o Estado age para se mostrar presente e combativo naquela região (Zaluar, 2004).

Ainda Zaluar (2004), a organização e as ações dessas facções constituem elementos centrais na dinâmica social das favelas cariocas, contribuindo para esse ambiente de permanente tensão e insegurança. O CVRL e o TCP são as duas facções mais antigas e influentes do Rio de Janeiro, muitas vezes em conflito pelo controle do espaço geográfico e do crime organizado. O ADA surgiu após dissidência do CVRL e também está envolvida em disputas territoriais (Manso, 2023). A milícia, é historicamente composta por agentes e ex-agentes de segurança pública e pessoas cooptadas, é quem lidera a maioria das áreas da Zona Oeste carioca e o crime organizado que mais tem se expandido.

O crime organizado do Jogo do Bicho é formado por um esquema de loteria ilegal, com máquinas caça-níqueis e uma estrutura que começou no jardim zoológico do Rio de Janeiro e hoje ocupa os 4 cantos do Rio, está amplamente presente nos espaços favelizados com a finalidade de atrair cliente e evitar a falência, hoje se tornou um símbolo de jogatina por todo o país, está amplamente presente nos espaços favelizados e cultura das favelas cariocas, e, funciona em uma complicada rede de relacionamento com as facções e continua a representar uma importante fonte de renda e influência para essas organizações (Manso, 2023).

Com diversos acontecimentos que garantiram a solidificação de políticas públicas dentro de algumas das favelas do Rio de Janeiro, como o processo de ‘pacificação’ com as Unidades de Polícia Pacificadoras (UPPs) a partir dos anos de 2008 e 2009, sendo realizados projetos pilotos de ocupação em favelas como Santa Marta, Cidade de Deus, Batan, Babilônia, Chapéu-Mangueira, Pavão-Pavãozinho, Cantagalo, dentre outras. Rocha (2018), explica que o programa das UPPs atua de forma que o controle sobre as populações favelizadas é exercido por instituições estatais e paraestatais. Esse controle se dá por meio de práticas como disciplinarização, transformação moral, vigilância punitiva e constante, silenciamento de vozes dissonantes, criminalização de comportamentos e, em casos extremos, extermínios. Com o processo de ocupação das UPPs foi possível o avanço e o progresso de entidades voltadas para

a transformação estrutural dessas micro e pequenas empresas (Instituto de Segurança Pública RJ, 2024).

A socióloga, ativista e política brasileira Marielle Franco destaca em sua dissertação que as políticas de segurança pública, como as UPPs, muitas vezes reforçam a militarização e a criminalização das favelas, sem oferecer soluções efetivas para os problemas estruturais enfrentados pelos moradores. Ainda sobre a autora, ela defende a ideia de uma abordagem mais humanizada e menos repressiva das forças militares do Estado, que em certo grau também está em um contexto favelizado, ainda que seja em subúrbios cariocas e não em favelas (Franco, 2018).

Após apresentar-se o poder do Estado e o poder do crime organizado em áreas de favelização na cidade do Rio de Janeiro, passa-se a apresentar a sujeição dos empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro.

2.4 A sujeição dos empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro

Um método de sujeição dos empreendedores-moradores se estabelece em contribuições denominadas ‘taxas de proteção’ para quem reside ou trabalha nessas áreas (Soares, 2019). Tornando o empreendedor sujeito às leis e normas daquele determinado espaço geográfico, não importando qual crime organizado ou ideologia esteja sob o domínio do espaço social, o que vai mudar vai ser o regimento que será passado para os empreendedores-moradores daquela determinada região.

Para Zaluar e Conceição (2007) o controle territorial, exercido de forma militarizada, é uma das características mais marcantes do crime organizado na cidade carioca. Diferentemente dos grupos de extermínio, formados principalmente por policiais e que atuavam na Região Metropolitana do Rio, as milícias assumem um papel mais amplo. Enquanto os grupos de extermínio cobravam principalmente de concorrentes locais e atuavam como “pistoleiros” a serviço de terceiros, as milícias atuam como verdadeiros “empreendedores da segurança”, controlando áreas e impondo suas regras de forma sistemática.

O Rio de Janeiro enfrenta uma nova modalidade do crime organizado: o narcopentecostalismo. Esse fenômeno, descrito por Campos et al., (2023), refere-se à combinação entre o crime organizado e a influência de igrejas evangélicas, que usam a religião como ferramenta de controle social e territorial nas favelas. Partindo do princípio sociológico descrito por Bourdieu (2013) no qual o autor define o campo religioso como um estrato social que busca formar além de posicionamentos referidos a religiões, mas também sobre doutrinas ou seitas e que há consequentemente uma disputa de capital simbólico, visando ocupar regiões dominantes no interior deste campo social estudado. Por isso, quanto maior o número de religiosos, maior a legitimidade social do posicionamento.

Trata-se de mensurar os poderes exercidos pela facção TCP, pois, os primeiros relatos da existência desta modalidade ocorreram nas favelas de Parada de Lucas, Vigário Geral e outras favelas da região que juntas formam o ‘Complexo de Israel’ fazendo alusão à terra prometida. Menciona-se também que a facção TCP se autodenomina ‘Tropa do Arão’, pois se trata de uma figura cristã, na qual seria o irmão de Moisés. Uma característica dos espaços geográficos do TCP são as estrelas de Davi em muros e nas entradas das favelas, além disso, suprem direitos e exercem segregação religiosa com a destruição de terreiros de umbanda, candomblé e a extensão da segregação aos católicos e a outras religiões dentro destas favelas.

Concerne a mais nova faceta da criminalidade no Rio de Janeiro, na qual o crime organizado passa a adotar práticas das milícias, além do discurso alinhado à extrema-direita, e seu modus operandi ligados à militarização mediante Operações Psicossociais, que são, conforme Silva (2020) ações que têm como objetivo manter ou recuperar o apoio da população,

especialmente por meio de estratégias psicossociais e do controle social. Isso ocorre principalmente em áreas em que a presença das autoridades administrativas e das forças policiais é limitada.

Franco (2018) descreve que o processo de militarização é marcado tanto pelo modelo de polícia adotado quanto pelos grupos que dominam esses territórios. Esse cenário exige uma abordagem de atuação dupla: por um lado, é necessária uma reforma estrutural profunda no sistema de segurança pública, que rompa com a influência do Exército, promova a desmilitarização e incentive a unificação e a transformação dos ciclos de violência. Por outro lado, nas favelas, é essencial programar políticas que fortaleçam a soberania do Estado como um todo, desarmando e desarticulando o poder militar dos grupos criminosos.

Como descreve Cavalcanti (2008, p. 44) “poder-se-ia argumentar que a construção social da favela como território do tráfico opera através de uma lógica de produção de fronteiras simbólicas e performativas objetivadas através de seu reconhecimento e reforço constante por diferentes atores sociais”. Nesse sentido, os espaços geográficos da cidade do Rio de Janeiro que atualmente estão sob domínio das facções, encontram-se sob constante marginalização desde a cultura favelada e discriminada, até as políticas públicas e o racismo ambiental exercido sob este grupo social. Ainda Cavalcanti (2008, p. 45), sobre ações da segurança pública nos espaços geográficos criminalizados para coibir a venda de drogas e desestimular as facções de drogas no varejo, destaca-se que:

A polícia não constitui exceção: a cada uma de suas incursões, reforça e reafirma as fronteiras simbólicas do tráfico, ao cruzá-las como quem entra em zona de guerra — os tiros que dão e recebem — acabam por constituir um dos mais eficazes marcadores de fronteiras, pois são inextricáveis de sua transgressão.

A sujeição dos empreendedores-moradores não está somente nas ‘taxas de proteção’ cobradas predominantemente pela facção das milícias, mas outros serviços acabam tendo um valor cobrado acima do normal, como o caso do botijão de gás, do galão de água, da internet, da tv a cabo, cigarro, entre outros produtos e serviços. Um novo mecanismo do crime organizado é o controle e monopólio destes serviços, passando a administrar estas empresas com seus devidos registros e CNPJ, além de coagir os empreendedores-moradores a comprar somente deles. Além disso, eles privam outros concorrentes de entrar nestes espaços e até mesmo empreendedores-moradores são privados de entrar na sua própria casa. O crime organizado passa a tomar conta das propriedades e as utiliza para fins de ceder para outros componentes do crime organizado ou para especulação imobiliária.

Há relatos de moradores e reportagens que, até os programas habitacionais como o ‘Minha casa, minha vida’ estão com propriedades sendo invadidas pelo crime organizado e sendo cobrado aluguel que gira em torno de R\$ 200,00 a esses proprietários que seriam beneficiários destes programas e que ainda ficam com as dívidas das parcelas restantes a pagar para a quitação do imóvel (Extra, 2015).

Portanto, os espaços geográficos da cidade do Rio de Janeiro que atualmente estão sob domínio do crime organizado, encontram-se sob constante marginalização, desde a cultura favelada e discriminada, até as políticas públicas e o racismo ambiental exercido sob este grupo social. Após apresentar os elementos teóricos que fundamentam o presente estudo, a seguir apresenta-se o percurso metodológico que guiou esta pesquisa.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

A pesquisa foi caracterizada como um estudo de campo, pois se tratou de uma pesquisa que envolveu uma imersão em um contexto real, ou seja, as favelas do Município do Rio de

Janeiro. O estudo de campo envolveu uma análise aprofundada dos empreendedores-moradores, permitindo um conhecimento amplo e detalhado, algo que seria difícil de alcançar por meio de outros tipos de delineamentos de pesquisa (Gil, 2002).

Gil, (2008) identifica algumas vantagens do estudo de campo, como a autenticidade dos resultados, pois, o estudo é desenvolvido no próprio local em que ocorre o fenômeno, em que não requer equipamentos especiais para a coleta de dados, fazendo-o com que seja mais prático, principalmente por se tratar de um contexto de favelas. Além disso, a vantagem de o pesquisador estar em maior contato possível com o objeto, faz com que essa imersão seja um fator determinante para que se entenda as regras, os costumes e as convenções que regem o grupo estudado.

Este estudo de campo tem-se um viés qualitativo, pois, para alcançar o objetivo nesta pesquisa foi necessário estudar meticulosamente cada etapa dos desafios sociais e profissionais, levando-se em consideração as percepções dos empreendedores-moradores favelizados que possuem empreendimentos em favelas e foram selecionadas intencionalmente (Denzin e Lincoln, 2006). Ainda sobre os autores Denzin e Lincoln (2006), salientam que a pesquisa qualitativa é um campo amplo e interdisciplinar, pois abrange diversas tradições teóricas, como o positivismo, o pós-positivismo e pós-estruturalismo, além de métodos interpretativos e culturais.

Ainda sobre o método qualitativo, buscando compreender a cultura e o comportamento dos empreendedores-moradores utilizou-se de uma abordagem exploratória. A escolha metodológica apresentada se deu pela possibilidade de se compreender de forma profunda e contextualizada, acerca dos desafios sociais e profissionais enfrentados pelos empreendedores das favelas do município carioca, um fenômeno complexo e ainda pouco explorado na literatura acadêmica (Creswell, 2014).

Como instrumentos de coleta de dados, utilizou-se um roteiro de entrevistas semiestruturado, com a aplicação de forma presencial e online, seguido de uma observação não participante, amostragem em bola de neve e um diário de campo. A aplicação das entrevistas, o diário de campo e observação não participante foram feitas pessoalmente, o pesquisador deslocando-se até as favelas: Zona Oeste (Rio das Pedras; Batan; Vila Vintém; Cidade de Deus), Zona Norte (Complexo do Chapadão; Turano; Complexo do Alemão; Muquição; Jacaré), Zona Central (Fallet; Fogueteiro; Mineira; Providência) Zona Sul (Rocinha; Vidigal; Pavão-Pavãozinho-Cantagalo (PPG)) que foram estudadas, obedecendo todos os protocolos locais a variar de acordo com a facção imposta no espaço geográfico para chegar a cada um dos entrevistados.

A obtenção das entrevistas se deu através da amostragem em bola de neve, pois, para conseguir as entrevistas com empreendedores nas favelas, foi necessário os entrevistados conseguirem outros participantes para a pesquisa. Esse método se dispõe a identificar e conectar participantes iniciais, que, por sua vez, acabam indicando outros que se conectam e criam uma rede de participantes que facilita a coleta de dados e as percepções destes participantes em contextos complexos (Vinuto, 2014).

Através desta estratégia de inserção nestes grupos e espaços geográficos, buscou ter mais condições para compreender os desafios sociais e profissionais dos empreendedores estudados (Bardin, 1997).

A observação não participante, como técnica de pesquisa, pode assumir diferentes formas, dependendo principalmente dos métodos empregados e do nível de envolvimento do pesquisador no contexto estudado (Gil, 2008).

Este estudo contou também com dados oriundos em que foram utilizados autores que abordam questões habitacionais, empresariais e seus aspectos sociais, assim como as questões relacionadas aos empreendimentos e empreendedores marginalizados. Para este estudo também

se utilizou documentos do Estado do Rio de Janeiro relacionados à segurança pública, moradia e ações afirmativas desenvolvidas, a fim de, junto aos outros instrumentos de coleta de dados estabelecerem uma expectativa sobre esta análise e quais dados serão tratados, conforme quadro 1:

Quadro 1: Técnicas de coleta de dados utilizadas e os objetivos a serem alcançados

Técnica de Coleta de Dados	Objetivos	Expectativa
Análise documental e base teórica; entrevistas; bola de neve e observação não participante	Identificar os desafios sociais e profissionais enfrentados por empreendedores-moradores das favelas do Rio de Janeiro	Obter dados sobre as questões que envolvam os desafios sociais e profissionais dos empreendedores-moradores das favelas cariocas
Análise documental e base teórica; entrevistas; bola de neve e observação não participante	Analisar o impacto do Projeto Favela Kennedy nas dinâmicas socioeconômicas das favelas cariocas, com foco nos desafios enfrentados pelos empreendedores	Obter dados que elucidem o processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro
Análise documental e base teórica; entrevistas; bola de neve e observação não participante	Compreender o Poder do Estado e o Poder do Crime Organizado em áreas de favelização na cidade do Rio de Janeiro	Obter dados sobre o poder do estado e o poder do crime organizado em favelas cariocas
Análise documental e base teórica; entrevistas; bola de neve e observação não participante	Compreender a sujeição dos empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro	Obter dados que assimilem a sujeição dos empreendedores-moradores das favelas cariocas

Fonte: elaborado pelo autor.

Foram entrevistados doze empreendedores das favelas: Complexo da Maré; Rio das Pedras; Muquiço; Complexo do Alemão; Fallet; Complexo do Chapadão; Rocinha, com empreendimentos com mais de 2 anos de existência. Cabe ressaltar que, os empreendedores entrevistados foram selecionados a partir dos elementos terem maior tempo de negócio existente, sendo que não se entrevistou empreendedores com menos de 2 anos por entender-se que esses ainda não possuíam, de forma apropriada, informações sobre os desafios sociais e profissionais, ou seja, os empreendedores com 2 anos ou mais que vivenciaram mais a gestão de um negócio e seus problemas organizacionais e territoriais.

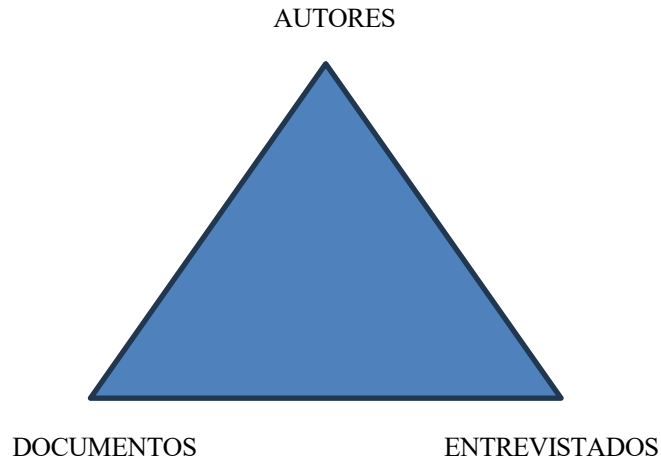
Na observação não participante, o pesquisador realizou imersão em 12 favelas do Rio de Janeiro: Rio das Pedras; Batan; Vila Vintém; Cidade de Deus; Complexo do Chapadão; Turano; Complexo do Alemão; Muquiço; Jacaré; Fallet; Fogueteiro; Mineira; Providência; Rocinha; Vidigal; Pavão-Pavãozinho-Cantagalo, entre dezembro de 2023 e fevereiro de 2024, totalizando 180 horas de trabalho de campo distribuídas em 3 horas diárias durante 60 dias. Durante esse período, foram registradas anotações detalhadas em um diário de campo, permitindo uma imersão profunda no cotidiano dos empreendedores e uma compreensão mais ampla dos desafios enfrentados por eles. Paralelo à observação não participante, foram realizadas entrevistas com os empreendedores-moradores e um diário de campo. As entrevistas foram gravadas com tempo médio de 15 minutos a cada entrevista, levando em consideração as regras locais que foram seguidas a variar de facção para facção.

A condução da análise dos resultados se deu através da base de dados coletados das entrevistas realizadas com os empreendedores-moradores das favelas da cidade carioca, das observações não participantes do pesquisador nas favelas, do diário de campo realizado e de teorias autorais. Os dados obtidos foram analisados de forma interpretativa, portanto, foi necessário compreender os desafios sociais e profissionais enfrentados por estes

empreendedores-moradores, bem como, avaliar a eficácia das políticas públicas implementadas para ajudar os mesmos (Gil, 2002).

Os dados coletados foram triangulados da seguinte forma:

Figura 3 – Triangulação dos Dados



Fonte: Elaborada pelo autor.

A triangulação permitiu que se fosse feito o cruzamento dos dados provenientes de diferentes fontes, tal cruzamento permitiu observar as convergências e divergências entre os diferentes dados. Utilizou-se também a triangulação dos dados das entrevistas, observações, não participante, diário de campo e base teórica na qual se deu através do cruzamento dos dados provenientes de diferentes fontes, permitindo observar as convergências e divergências entre os diferentes dados (Yin, 2003). Após vistos os aspectos metodológicos que guiaram este estudo, a seguir apresenta-se os resultados da pesquisa.

4 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta seção apresenta os resultados organizados conforme os objetivos específicos: Caracterização dos sujeitos de pesquisa; Os desafios sociais e profissionais enfrentados por empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro; O processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro (Projeto Favela Kennedy); O poder do Estado e o poder do crime organizado em áreas de favelização na cidade do Rio de Janeiro; Sujeição dos empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro; Diário de campo com as observações não participante.

4.1 Descrições dos sujeitos de pesquisa

Os sujeitos de pesquisas são empreendedores-moradores das 6 favelas descritas acima nos procedimentos metodológicos, de acordo com o quadro 2:

Quadro 2: Dados sociodemográficos dos entrevistados

Entrevistados (Códigos)	Gênero	Idade	Raça	Tempo de Trabalho	Quantos empreendimentos já teve	Quais os ramos de negócio em que já atuou
E1	M	42	pardo	17 anos	2	oficina de pintura e motorista de aplicativo
E2	M	29	preto	13 anos	3	vendas em varejo e serviços gerais
E3	F	34	parda	17 anos	1	estética
04	F	45	parda	9 anos	1	estética
05	M	29	preto	3 anos	2	eletrônico e gastronômico
06	F	29	preta	4 anos	1	estética
07	F	18	parda	6 anos	1	artesanato
08	F	40	branca	6 anos	1	estética
09	M	29	pardo	4 anos	2	construção civil e vendedor
10	F	30	parda	12 anos	2	estética e vendas em varejo
11	M	37	preto	6 anos	1	guia turístico
12	M	47	branco	11 anos	1	barbeiro

Fonte: Elaborado pelo autor.

Deve-se mencionar que, através dos dados obtidos foi possível identificar que todos os entrevistados são do ramo de serviços, com idade média de 34,8 anos, tendo um tempo de trabalho médio de 9 anos e com média de 1,5 empreendimentos por entrevistado e com o ramo de estética sendo o empreendimento mais exercido pelos entrevistados.

As descrições apresentadas acima fazem parte do Apêndice A: Dados sociodemográficos/Perguntas semiestruturadas. Em seguida, apresentam-se as análises dos resultados a partir de uma análise interpretativa e da triangulação dos dados obtidos.

4.2 Os desafios sociais e profissionais enfrentados por empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro

Uma vez questionados sobre a exclusão dos mais pobres dos centros urbanos e a ocupação dos mesmos às margens dos morros, encostas e ferrovias, o Entrevistado 06 destacou que:

Além das pessoas irem para subempregos, não tinham muito com o que trabalhar naquela época, isso serviu também para um aumento gigantesco do desemprego, e de empregos subalternos, fora que gerou um aumento da criminalidade em si. As pessoas passaram a ser marginalizadas por conta de viverem à margem dos morros e favelas.

Essa realidade histórica ainda reflete nos desafios enfrentados pelos empreendedores-moradores atuais, com a exclusão social e a criminalização da pobreza, convergindo com as

discussões feitas anteriormente por Campos (2004), levando muitos empreendedores-moradores das favelas a aceitarem subempregos ou a enfrentarem o desemprego.

Já sobre o racismo estrutural no Brasil e seu impacto direto às pessoas negras que vivem nas favelas, quando perguntado aos empreendedores-moradores das favelas estudadas se eles percebiam situações que afetavam as oportunidades, o Entrevistado 07 relatou que:

O racismo é algo estrutural, então, em consequência, as relações que a gente vai ter, seja no âmbito do empreendimento, na vida social que a gente tem, no dia a dia, influencia 100% nessa questão do empreendimento, das relações sociais que a gente tem, como tudo na nossa vida, na vida do negro, em sociedade.

O que converge com os autores Campos (2004) e Cardiano, Dornelles e Cerqueira-Adão (2024), afetando oportunidades profissionais e sociais para empreendedores-moradores destas regiões.

As apostas online também tem sido um fator limitante para o consumo em comércios locais nas favelas, quando perguntado aos entrevistados se eles acreditam que essa realidade está presente na sua favela, o Entrevistado 02 relata que, “Com certeza. Tanto as apostas como esse negócio agora do tigrinho e tal. Isso, na verdade, é o retrato de como eles criam o brasileiro. Para ser tapado a esse ponto de se perder nos jogos. Por isso, eu não sou a favor do jogo e dos jogos de azar em geral”. Uma realidade social que tem afetado os empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio, convergindo com os autores Marx Rodrigues e Gilson Rodrigues (2024), que destacam em sua pesquisa as restrições que os consumidores favelizados tem passado e os impactos negativos que estão sendo analisados e sentindo nas favelas.

Por fim, vale destacar que, embora o Brasil tenha mais de 14,6 milhões de MEIs, a sua grande maioria luta para empreender de maneira que torne o empreendimento como a única fonte de renda. Conforme os dados apresentados no referencial 2.1, a predominância de MEIs no setor de serviços (51,5%) revela uma economia favelada marcada pela informalidade e precariedade (IBGE, 2024). Portanto, os desafios sociais e profissionais enfrentados pelos empreendedores das favelas do município do Rio de Janeiro, são, sobretudo, desafios estruturais perpetuados nos espaços geográficos historicamente marginalizados e favelizados.

Sendo assim, é necessário levar em consideração o olhar da sociedade sobre estes empreendedores, pois, as políticas públicas e sua eficácia, estão tensionadas na opinião pública do asfalto, pois a favelizada clama por ajuda a décadas.

4.3 O processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro (Projeto Favela Kennedy)

A partir da análise das entrevistas realizadas sobre o processo de favelização carioca e as favelas possuírem um enorme potencial econômico pouco explorado, quando perguntado sobre quais oportunidades poderiam ser melhor aproveitadas na sua favela, o Entrevistado 06 destaca que acredita que as melhores oportunidades para a favela viriam de fora, como a construção de organizações que ampliem a educação e o tempo integral, como uma Vila Olímpica. O Entrevistado 06 ainda destaca como alternativa às muitas crianças existentes na favela, o esporte e educação como alternativa para ascensão social e um futuro socialmente e profissionalmente estáveis. O que vai de encontro a teoria proposta por Silva (2020), em que o autor destaca que, ainda que as favelas sigam sendo estigmatizadas como locais de pobreza, miséria, fome e desemprego, há um potencial imensurável e timidamente explorado, e que quando é explorado, há um interesse em favorecer outras pessoas que não são os favelizados.

Para esses entrevistados, os mecanismos do Estado como agente social transformador deveriam suprir essas necessidades urgentes de medidas efetivas e estruturais, para que

empreendedores-moradores possam explorar melhor esse potencial econômico, social e estrutural.

Constatou-se que, quando perguntado aos entrevistados, se concordavam com a afirmação de que o turismo transformava essas áreas em mercadorias, todos os 12 entrevistados responderam positivamente, para o conceito proposto por Leite (2015) sobre a “exploração turística das favelas”. O Entrevistado 07 concorda plenamente, destacando que:

É como se a gente voltasse um tempo atrás com o que ainda acontece com frequência, que é a questão da cultura, cultura preta, cultura da favela, que é vista como algo exótico. Então, isso só serve para você trazer entretenimento para aquele povo que ali vem visitar. Um exemplo é fazer excursões por dentro da favela. E aí você começa a questionar, isso está trazendo retorno para dentro da favela? Está trazendo algum benefício para dentro da favela? E aí você vê que só serve mesmo para entreter, que o que acontece de ruim, falta de saneamento básico, enfim, parece que é um entretenimento para o turista. E aí falta esse cuidado, esse olhar para que as pessoas que vivem ali na favela de fato consigam viver melhor. Eu acredito que influencia muito.

Sobre os conflitos e disputas geográficos, o Entrevistado 02, Entrevistado 05, Entrevistado 06, Entrevistado 08, Entrevistado 09, Entrevistado 11 e Entrevistado 12 afirmaram que a relação do processo de favelização de suas favelas estão atrelados a ocupações informais, falta de habitação popular e à maioria dos residentes de baixa renda. Apresentado anteriormente por Laschefski e Costa (2008). Resultando em um processo expansionista socioespacial urbano que acabariam configurando um novo campo social na cidade carioca, estes residentes além de serem deixados à margem do Estado, passaram a serem estereotipados como marginais que vivem à margem das leis e estigmatizados como favelizados.

Conforme mencionado anteriormente, a cultura dos cortiços e posteriormente favelas e subúrbios têm um papel fundamental na formação destes espaços geográficos, seja ela de forma identitária, a grande maioria foi projetada com base no crescimento demográfico de moradores e através de Companhias Habitacionais (COHAB) propostas da época. Conforme analisado no referencial teórico 2.2, o Projeto Favela Kennedy exemplifica a política de remoção e reassentamento que marcou a formação das favelas cariocas, com consequências diretas para a organização econômica local.

Sobre os desafios relacionados à moradia e infraestrutura, o Entrevistado 06 destacou que:

Eu moro em um bairro da favela do Rio das Pedras onde não existe área de lazer para criança. Porque é a segunda maior favela do Rio e a quinta maior do Brasil, acredito que, quanto maior a favela, menor a estrutura. Agora estão começando a fazer obras de infraestrutura porque houve eleição e você tem que mostrar para o morador que você está ali, não necessariamente porque você quer fazer, mas por obrigação. Há casas de madeira, de tijolo, até de barro já encontramos e sempre em situações degradáveis, faltando luz, água, vaso, tem casa que a família não tem vaso! Isso é desumano e um desafio estrutural que move os moradores do Rio das Pedras.

Portanto, sejam condomínios de apartamentos, lotes de casas ou outras formas de planejar a demanda habitacional carioca, o crescimento demográfico populacional destes espaços, não acompanhou os lentos e limitados investimentos públicos. Gerando uma marginalização de corpos, habitações e cultura desse povo favelizado, os colocando em milhares de moradias irregulares, porém necessárias mesmo que de maneira provisória para aquelas que nem um teto em suas cabeças tem o privilégio de chamar de seu.

O processo de favelização está relacionado às políticas públicas promovidas à época pelo Estado e o Município segregacionistas que visavam uma limpeza étnica nos centros, e o

que viram foram os crescimentos vertiginosos das favelas e dos subúrbios cariocas. Sendo negligenciados até que ganhasse vida própria e transformasse a cultura local e enraizasse novas formas de sociedade e habitação, nunca visto antes no Rio de Janeiro e no mundo. Por fim, destaca-se a saída dos pobres perante a criminalização dos cortiços e a entrada dos mesmos nas favelas e subúrbios, como um marco na sociedade carioca e brasileira.

4.4 Poder do Estado e o poder do crime organizado em áreas de favelização na cidade do Rio de Janeiro

Ao serem questionados sobre a relação do poder do Estado com as favelas, viu-se na percepção dos Entrevistados E1, E2, E3, E5, E6, E7, E9, E10, E12 que todos têm o mesmo pensamento e apontam a presença do Estado nas favelas somente para conseguir o que querem, que é o voto eleitoral. Eles ainda complementam que são vistos como bases políticas e depois são descartados pelos próximos dois anos quando renascem seus interesses para com o povo daquele local.

Além disso, todos os 12 entrevistados destacam o papel das políticas de segurança pública genocida, que majoritariamente estigmatiza, assassina e rotula os favelados e favelizados como criminosos e pessoas que estão irregulares com o Estado. Agindo por meio de controle, repressão, remoção e integração subordinada, o que vai de encontro do que diz Ximenes, Cardoso e Luft (2023), em que o Estado atua dominando e hegemонizando a população favelizada, através da invisibilidade, controle, contenção, repressão, tolerância, remoção integral de grandes favelas, reconhecimento e a integração.

Sobre o controle territorial exercido por facções como CVRL, TCP, ADA, Milícia e Jogo do Bicho empreender, todos os 12 entrevistados, mesmo que timidamente reconheceram que há um controle territorial que não cumpre as leis da Constituição Federal Brasileira, mas as leis locais que variam de facção para facção, desde quais drogas serão ou não vendidas, se pode ou não roubar nos arredores das favelas, até as punições para os descumprimentos das leis. Seja para moradores considerados ‘crias’ — morou a maior parte da vida na mesma favela ou favelas da mesma facção — ou ‘criado’ — não teve a maior parte da vida morando em favela —. Abordado anteriormente por Zaluar (2004) sobre o controle territorial exercido pelo crime organizado através da imposição de regras e normas a serem sujeitos os empreendedores-moradores das favelas.

Cabe ressaltar ainda, que essas leis e normas vão estar condicionadas a um tribunal de rua, que irá variar entre os donos das favelas, ‘frentes das favelas’, gerentes e a depender dos casos, dos soldados que vão compor o tribunal de rua. Paula (2020), alerta para a importância de se criar políticas públicas de inclusão da população favelizada carioca no planejamento urbano, mesmo que atualmente se pense em favela, se discuta e debata política pública e resolução de problemas das favelas sem os atores que ali vivem, os empreendedores-moradores das favelas que mais sabem dos desafios estruturais recorrentes. Contudo, a exclusão desta população amplia a segregação socioespacial e racial no Brasil e no Rio de Janeiro, tornando-os favelizados.

Por fim, apenas o Entrevistado 05 avaliou de forma positiva a presença da UPP e das políticas de segurança pública em sua favela, e mencionou que é possível melhorar. Divergindo de autores como Rocha (2018) e Franco (2018). Entretanto, o Entrevistado 02 criticou que a UPP não traz benefícios, apenas gastos, e até os próprios policiais não gostam de trabalhar nesse tipo de unidade.

4.5 Sujeição dos empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro

Sobre a sujeição dos empreendedores-moradores cariocas, uma pergunta do questionário acerca das dinâmicas locais ou dificuldades impostas, e se eles enfrentavam desafios específicos, o Entrevistado 06 comenta que:

Eu moro no Rio das Pedras, né! Aqui é área de milícia. Então, para você ter o empreendimento hoje, eu trabalho na minha casa, não tenho salão, mas para você ter um espaço, para alugar alguma coisa aqui, tem uma taxa para ser paga. Você paga uma taxa para aquelas pessoas te protegerem delas mesmas. E você tem aquela taxa que você precisa pagar. Você já tem que pagar o aluguel do seu espaço. Você tem que pagar luz, você tem que pagar material, e aí você ainda tem que pagar uma taxa para o crime organizado para você não ser vítima deles. Então, é uma coisa que acaba afetando as pessoas que realmente querem colocar um empreendimento. Depende muito do tamanho da sua loja, se ela for pequena você paga uma taxa menor e se ela for grande, você paga uma taxa maior. E essa taxa não é paga por mês, ela é paga por semana. Não importando se você fez o dinheiro necessário para bater a sua meta da semana, cria-se uma obrigação a ser paga daquele dinheiro. Não é um problema deles, sabe? Você tem que resolver isso. E é uma coisa que atrapalha bastante. Muitas pessoas que querem abrir seu empreendimento acabam desistindo depois de notarem estes desafios impostos. Porque não dá para você manter, te gera uma insegurança gigantesca. Porque você acaba pensando que a sua vida está em risco. Eles te levam a acreditar que isso vai acontecer. Não dá para você empreender com a sua vida.

Soares (2019 apud Cardiano e Iturriet, 2024) destacam que há estabelecido nas favelas a chamada “taxa de proteção”, principalmente para moradores das favelas em que a milícia controla, convergindo com os autores sobre a sujeição.

Sobre o campo religioso nas favelas e a utilização como uma ferramenta de controle social, em que diferentes grupos disputam o chamado ‘capital simbólico’ para dominar territórios, o Entrevistado 07 ressalta que os moradores de sua favela são de maioria evangélica e que quando misturado política com religião no contexto local, tornou-se preocupante, pois segundo ele, ameaça a sobrevivência dos mesmos que estão ali.

No entanto, o Entrevistado 09 relata que a religião em sua favela pode ser boa, no momento em que a mesma faz algo positivo para a favela, dando exemplos de terreiros de Candomblé e Umbanda que distribuem alimentos para os moradores que necessitam, porém destaca essa intolerância religiosa, pois, alguns moradores têm receios de aceitar os alimentos com a justificativa que os fariam mal.

Nas favelas, isso se manifesta na intolerância religiosa, com grupos evangélicos, por exemplo, marginalizando práticas de religiões de matriz africana, como o candomblé e a umbanda. Destaca-se que, o controle religioso irá tendenciar a cultura das favelas, pois na maioria das vezes está alinhada à facção que está no controle do território atualmente, tornando-se direta ou indiretamente mecanismos de controle social, ao invés de manifestação espiritual. Essa perspectiva encontra convergência em Bourdieu (2013) e Campos et al., (2023), que discutem como estruturas de poder, inclusive as religiosas, são instrumentalizadas para a dominação e manutenção de hierarquias sociais.

O Entrevistado 09 aponta um fator condicionante e até determinante para que empreendedores-moradores possam ter mais tranquilidade e horas do dia com seu comércio aberto ou prestando serviços para a população favelizada, ao invés de estar sob “toque de recolher” dentro de suas casas esperando o Estado se fazer presente levando mortes e enxugando gelo.

O MEI foi criado para apoiar microempreendedores, incluindo os residentes das favelas do município do Rio de Janeiro e, quando perguntado se esse modelo é realmente acessível para

os moradores da sua favela, a maioria dos entrevistados respondeu de maneira positiva para esta acessibilidade. O Entrevistado 04 destacou que, embora o MEI tenha suas vantagens, ele não oferece muitos benefícios para quem busca expandir seus negócios. Ele criticou a burocracia e o acesso limitado a crédito, sugerindo a necessidade de mais investimentos em cursos e microcréditos para apoiar pequenos e médios empreendedores. Ao cruzar os dados obtidos através dos procedimentos metodológicos, notou-se que há um entrave e uma falta de eficácia e efetividade das políticas institucionais que atualmente compõem o MEI dos empreendedores entrevistados.

Portanto, é vital que um sistema de políticas públicas, proativo o suficiente para sufocar essas dinâmicas, seja implementado para que todos os moradores das favelas do Rio de Janeiro tenham garantida uma coexistência segura com justiça.

4.6 Diário de Campo: Observação não participante

Os dados obtidos através do diário de campo se mostraram de valor acadêmico e científico, ao analisar comparativamente as dinâmicas de empreendedores de 18 favelas observadas sob diferentes contextos de controle social, facções, métodos de estratégia do Estado e principalmente seus impactos nos modelos de empreendedorismo local. A partir destas análises, foi-se possível identificar mais a fundo os desafios sociais e profissionais dos empreendedores-moradores, percorrendo favelas das 4 regiões do município carioca (Zona Norte, Oeste, Centro e Sul).

Os registros no diário retrataram a disposição dos empreendedores-moradores das favelas, abordados sob uma perspectiva de esperança e prosperidade, onde em sua grande maioria sabia da responsabilidade laboral e seus estresses consequentes, mas em harmonia com o ambiente ao redor e o respeito e a alegria que os cercam. As primeiras observações não participantes foram nas favelas da Zona Norte (Complexo do Chapadão; Turano; Complexo do Alemão; Muquiço; Jacaré), notou-se algumas particularidades entre as favelas da Zona Norte, a estrutura de ruas, becos, vielas, o modus operandi, até as gírias mais concentradas a variar de facção para facção sob risco de morte, caso fale uma gíria diferente da usada em uma determinada facção.

Porém, essa imersão possibilitou a percepção de um modus operandi do crime organizado e suas teias de controle e poder, sob os empreendimentos que estão nas favelas. Leva-se em consideração que, cada facção tem seus regimentos e regras, desde venda ou não de crack, punições para moradores que infringem as regras determinadas, até os empreendedores que deixam de pagar sua contribuição ou se colocam como oposição a determinada ordem vinda de cima, como exemplo o fechamento do estabelecimento quando tem a informação de que haverá operação policial naquela favela ou luto de alguma pessoa do crime organizado ou não, que faleceu.

Ainda sobre as favelas observadas no diário de campo, a região da Zona Oeste (Rio das Pedras; Batan; Vila Vintém; Cidade de Deus) é a que mais carece atenção do Estado e da sociedade, pelo estado de metástase que se encontra, reflexo do Estado do Rio de Janeiro pois, além de haver as quatro facções que estão instaladas no Rio, veem um crescimento desenfreado das milícias e suas vertentes. Esta por sua vez, é a facção mais recente das 4, porém a que mais tem influência sob o Estado, contando com uma teia de relações políticas-econômicas com instituições de segurança pública, legislativo, judiciário, executivo e outras instituições civis. Além de ser a facção que mais prejudica os empreendedores, pelas suas taxas abusivas e seu método de extorsão, entretanto, observou-se que, a facção que menos sofre operações policiais e vê suas favelas serem tomadas por agências de segurança pública, são os milicianos. O que

de certa maneira favorece os empreendedores que não tem que fechar suas portas, porém os favorece em que medida, se ainda estão sendo extorquidos?

Passando para a região central (Fallet; Fogueteiro; Mineira; Providência) em que se originaram as favelas no Brasil, observou-se um descaso do Estado, em diversos lugares foi possível notar e constatar até em conversas informais com comerciantes e moradores a falta de saneamento básico, de escolas, hospitais, casas e empreendimentos improvisados em barracas de madeira, em lonas e afins. Também foi possível constatar a dualidade entre um povo favelizado que possui um ódio das instituições de segurança pública — tratadas como inimigos mortais, verme, alemão, porco fardado, entre outras denominações — e um povo que acredita ser esse estado de sua vida, apenas um ciclo de superação e desafios.

Por fim, observou-se a região Zona Sul (Rocinha; Vidigal; Pavão - Pavãozinho - Cantagalo), esta por sua vez construiu uma cultura muito forte com o turismo, além de estar localizada na região em que conta com bairros com imóveis mais caros do Brasil, conta também com inúmeros pontos turísticos e uma economia voltada para estes transeuntes. Gerando assim a oportunidade de se fazer turismo também nas favelas desta região, como exemplo a Rocinha, Vidigal, Santa Marta, entre outras favelas que utilizam deste segmento para gerar milhares de empregos formais e informais, além de movimentar milhões em suas favelas. Há de levar em consideração e analisar de maneira muito responsável a finalidade do turismo exercido nestes espaços e quem os administra, pois há inúmeros casos de pessoas de outros países que administram estes estabelecimentos e lucram nos espaços dos moradores das favelas. Após apresentarem-se as análises dos resultados, passa-se a apresentar as considerações finais.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Resgatando-se o objetivo geral deste estudo que é caracterizar os desafios sociais e profissionais enfrentados pelos empreendedores das favelas do município do Rio de Janeiro e considerando-se os objetivos específicos traçados para esta pesquisa, sendo eles: a) Identificar os desafios sociais e profissionais enfrentados por empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro; b) Caracterizar o processo de favelização na cidade do Rio de Janeiro (Projeto Favela Kennedy); c) Compreender o poder do Estado e o poder do crime organizado em áreas de favelização na cidade do Rio de Janeiro; e d) Compreender a sujeição dos empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro, ao final deste estudo foi possível perceber que:

Com relação ao objetivo específico que tratou dos desafios sociais e profissionais enfrentados por empreendedores-moradores, a pesquisa revelou que, estes se relacionam, por vezes, à estereotipação e estigmatização, inclusive pela falta de incentivos e representatividade em todos os setores, mas possuem raízes ainda mais profundas, que acarretam em consequências econômicas para a população favelizada, o que eventualmente tornou-se um obstáculo para empreender.

No tocante ao objetivo específico que tratou do processo de favelização da cidade do Rio de Janeiro com o projeto da favela Kennedy, com este estudo foi possível identificar que esse processo marginalizou os pobres residentes dos cortiços, forçando-os a saírem de suas casas para ocuparem as margens das encostas, dos morros e ferrovias e, observou-se que no contexto histórico brasileiro, é um dos responsáveis desde o período escravagista por estabelecer a desigualdade social e racial, afetando a população favelada até os dias atuais.

Já em relação ao objetivo específico referente ao poder do Estado e o poder do crime organizado em áreas de favelização na cidade do Rio de Janeiro, com esse estudo foi possível notar que, as favelas da cidade do Rio de Janeiro estão longe de um consenso entre o crime

organizado e o poder estatal, sendo que tal objetivo, atualmente, é mais uma utopia do que, de fato, um programa e projeto de pacificação.

Com relação ao último objetivo específico que foi a sujeição dos empreendedores-moradores das favelas da cidade do Rio de Janeiro, a pesquisa constatou que, os empreendedores-moradores enfrentam um problema institucional e estrutural. Pois, notaram-se diversos entraves e paralisia por parte dos empreendedores-moradores favelizados que se veem oprimidos às regras das favelas, pois, cada facção tem suas regras e ideologias próprias. Agravando a problemática e tornando os empreendedores-moradores reféns destes modus operandi, o mesmo pode valer para facções que pagam policiais — para que não atrapalhe o movimento de venda de drogas e da economia da favela com empreendimentos abertos, denominado “arrego” — e facções que não se fazem do “arrego” e dizem que “o arrego é bala”, numa alusão a ostensividade de ambas as partes que prejudica os empreendedores.

Por fim, notou-se que isso é um reflexo da estagnação do Estado diante de um cenário brasileiro que escancara o racismo ambiental, as desigualdades sociais e profissionais, além de perpetuar estereótipos e estigmas por meio da favelização dos empreendedores-moradores que ali habitam. Embora os desafios estruturais sejam profundos, os empreendedores entrevistados resistem e apresentam o potencial econômico de suas favelas, já sobre as alternativas trabalhistas a crescente ascensão do trabalho por plataformas e a criação de redes de apoio entre empreendedores locais aparentemente ajudam não somente na questão profissional, como a questão social diminuindo indicadores de violência e aumentando o senso de compartilhamento entre os empreendedores-moradores.

Como recomendação e sugestão entende-se que o Estado necessita parar de tratar a favela como local de guerra e morte e começar a enxergá-la como parte da cidade. O Sebrae poderia ajudar, mas tem que ir além de cursos e palestras — tem que chegar com incentivos fiscais, políticas de créditos e parcerias pontuais e que possam fazer esses empreendimentos se estruturarem —. Além das instituições atuarem com políticas de segurança pública que visem desmilitarizar as forças armadas e firmar parcerias com projetos e ONGs como o CUFA que visem aumentar a capacidade profissional e que possam dialogar com os empreendedores. Gerando um novo olhar da sociedade que seja capaz de tornar as favelas do Rio de Janeiro efetivamente livres de estereótipos e estigmas, que não vejam somente como espaços geográficos marginalizados, mas que vejam além da carência, as suas potências.

Como limitação, este estudo enfrentou desafios metodológicos que se tornaram fatores limitantes devido à complexidade do campo pesquisado. A rotatividade de empreendedores em algumas favelas, especialmente nas áreas sob conflito entre facções e dificultando o acompanhamento individual aprofundado de casos específicos. Observou-se também que a presença do pesquisador, ainda que seguindo protocolos do crime organizado, gerou inicialmente desconfiança em territórios controlados por milícias, limitando o acesso a determinados empreendimentos. A própria dinâmica das operações policiais e incertezas geradas em algumas favelas, interromperam 13 entrevistas programadas, exigindo reagendamentos e até cancelamentos, o que dificultou o trabalho de campo. Esses fatores, somados à escassez de dados oficiais sobre empreendedorismo em favelas, revelam a necessidade de futuras pesquisas a fim de aprofundar estes temas relacionando favelas e empreendimentos.

REFERÊNCIAS

- ABÍLIO, Ludmila Costhek. **Uberização: Do empreendedorismo para o autogerenciamento subordinado. Psicoperspectivas**, v. 18, n. 3, p. 41-51, nov. 2019.
- ABREU, Maurício de Almeida. **Evolução urbana do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 2013.
- ANTUNES, Ricardo. **Uberização, trabalho digital e indústria 4.0**. São Paulo: Boitempo, 2020.
- ANTUNES, Ricardo. **O privilégio da servidão: o novo proletariado de serviços na era digital**. São Paulo: Boitempo, 2018.
- BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70, 1997.
- BARREIRA, Marcos Rodrigues Alves; BOTELHO, Maurilio Lima. **Crise urbana e favelização no Rio de Janeiro: Para uma crítica da “questão urbana” contemporânea. III Simpósio Lutas Sociais na América Latina**. Londrina, 2008.
- BOURDIEU, P. **Capital Simbólico e Classes Sociais. Novos Estudos CEBRAP**, v. 32, n. 2, p. 105-115, jul. 2013.
- BRASIL. **Lei nº 601/1850, de 18 de setembro de 1850**. Dispõe sobre as terras devolutas do Império, Brasília: Presidência da República, 1850.
- BRASIL. **Lei nº 2.875/1956, de 26 de novembro de 1956**. Autoriza o Poder Executivo a abrir, pelo Ministério da Justiça e Negócios Interiores, os créditos especiais. Brasília: Presidência da República, 1956.
- BRASIL. **Lei nº 3.353/1888, de 13 de maio de 1888**. Declara extinta a escravidão no Brasil, Brasília: Presidência da República, 1888.
- BRASIL. **Constituição Federal, de 5 de outubro de 1988**. Brasília: Presidência da República, 1988.
- BRÊTAS, Pollyanna. **Moradores de favelas movimentam R\$ 119,8 bilhões por ano, diz pesquisa**. 2020. Disponível em: <https://extra.globo.com/economia-e-financas/moradores-de-favelas-movimentam-1198-bilhoes-por-ano-diz-pesquisa-24209738.html> Acesso em: 12/07/2024.
- CAMPOS, Andrelino. **Do quilombo à favela: Produção do espaço criminalizado no Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.
- CAMPOS, Henrique Scaldini; SOARES, Juliana Rodrigues; ARMOND, Leticia Campos; TELLES, Marina Gomes Silva; OLIVEIRA, Pedro Henrique Vilela. **"Jesus Cavaleiro do Céu Perde a Peleja no Campo de Batalha": A expansão urbana do narco pentecostalismo no Rio de Janeiro. Três Pontos**, v. 20, n. 1, p. 26-33, dez. 2023.

CARDIANO, Rafael; DORNELLES, Danielle Cardoso; CERQUEIRA-ADÃO, Sebastião Ailton da Rosa. **Os desafios sociais e acadêmicos enfrentados pelos estudantes universitários negros da Universidade Federal do Pampa - campus Sant'Ana do Livramento. XIII Colóquio Internacional de Gestão Universitária.** Montevideo, 2024.

CARDIANO, Rafael; ITURRIET, Henrico. **Administrações dentro da favela:** Organizações dos micros e pequenos empreendimentos na favela da Rocinha na cidade do Rio de Janeiro. **Diálogo**, n. 56, p. 1-18, mar. 2024.

CAVALCANTI, Mariana. **Tiroteios, legibilidade e espaço urbano:** Notas etnográficas de uma favela carioca. **Dilemas**, v. 1, n.1, p. 35-59, jun. 2008.

CRESWELL, John Ward. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa:** escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014.

DAFLON, Verônica Toste. **Tão Longe, Tão Perto:** Identidade, discriminação e estereótipos de pretos e pardos no Brasil. Rio de Janeiro: Mauad X, 2017.

DA MATTA, Roberto. **Relativizando:** Introdução à antropologia estrutural. Rio de Janeiro: Vozes, 1981.

DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. **O planejamento da pesquisa qualitativa:** teorias e abordagens. Porto Alegre: Artmed, 2006.

Dicionário de Favelas Marielle Franco. **Vila Kennedy (bairro).** 2023. Disponível em: [https://wikifavelas.com.br/index.php/Vila_Kennedy_\(bairro\)](https://wikifavelas.com.br/index.php/Vila_Kennedy_(bairro)) Acesso em: 12/07/2024.

FERNANDES, Florestan. **A revolução burguesa no Brasil:** ensaio de interpretação sociológica. São Paulo: Contracorrente, 2020.

FERNANDES, Florestan. **A integração do Negro na Sociedade de Classes.** São Paulo: Contracorrente, 2021.

FRANCO, Marielle. **UPP:** a redução da favela a três letras: uma análise da política de segurança pública do estado do Rio de Janeiro. São Paulo: n-1 edições, 2018.

FURTADO, Celso. **Formação econômica do Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

GIL, Antônio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa.** São Paulo: Atlas, 2002.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Luíza Oliveira; RODRIGUES, Djamilly Rhuany; PFRIMER, Matheus Hoffman. **Milícias e Relações Internacionais:** Revisão e balanço socioepistêmico em tempos de transnacionalização da violência. **Relações Internacionais**, n. 69, p. 143-161, mar. 2021.

GONÇALVES, Juliano Costa. **A especulação imobiliária na formação de loteamentos urbanos**: Um estudo de caso. 2002. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Econômico, Espaço e Meio Ambiente) - Universidade Estadual de Campinas, São Paulo, 2002.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: Ensaios, intervenções e diálogos. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

GRATÃO, Paulo. **Favelas movimentaram R\$ 202 bilhões em 2022, diz pesquisa**. 2023. Disponível em: <https://revistapegn.globo.com/empreendedorismo/noticia/2023/03/favelas-movimentam-r-202-bilhoes-em-renda-propria-diz-pesquisa.ghtml> Acesso: 09/04/2025.

GUIMARÃES, Antonio Sergio Alfredo. **Democracia Racial**: o ideal, o pacto e o mito. **Novos Estudos Cebrap**, n. 61, p. 147-162, nov. 2001.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo 2022**: Brasil tinha 16,4 milhões de pessoas morando em Favelas e Comunidades Urbanas. Brasília: IBGE, 2022.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Em 2022, Brasil tinha 14,6 milhões de microempreendedores individuais**. Brasília: IBGE, 2024.

IBGE - INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Desemprego, Informalidade, Subutilização e Inatividade**. Brasília: IBGE, 2024.

ITURRIET, Henrico; CARDIANO, Rafael. **A QUEM PERTENCE O PARDO NO BRASIL?**. **Caos**, v. 2, n. 33, p. 257-279, jul. 2024.

JUCÁ, Beatriz. **Moradores das favelas sonham com casa e negócio próprios em 2020, mas sem otimismo por segurança**. 2019. Disponível em: <https://brasil.elpais.com/sociedade/2019-12-31/favelas-brasileiras-sonham-com-casa-e-negocio-proprios-para-2020-mas-nao-esperam-mais-seguranca.html> Acesso em: 12/07/2024.

LASCHEFSKI, Klemens; COSTA, Heloisa Soares de Moura. **Segregação social como externalização de conflitos ambientais**: A elitização do meio ambiente na APA-Sul, Região Metropolitana de Belo Horizonte. **Ambiente & Sociedade**, v. 11, n. 2, p. 307-322, jul. 2008.

LEITE, Márcia Pereira. **Novos Regimes Territoriais em Favelas Carioca**. **XXVIII Simpósio Nacional de História**. Florianópolis, 2015.

LOPES, Marcos Rogério. **Sete a cada dez moradores de favelas jogam nas bets**. 2024. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2024/10/05/sete-a-cada-dez-moradores-de-favelas-jogam-nas-bets.htm> Acesso em: 12/07/2024.

MAGALHÃES, João Carlos Ramos. **Histórico das favelas na cidade do Rio de Janeiro**. **Desafios do desenvolvimento**, v. 7, n. 68, p. 40-42, out. 2010.

MANSO, Bruno Paes. **A fé e o fuzil**: Crime e religião no Brasil do século XXI. São Paulo: Todavia, 2023.

MOURA, Clóvis. **Dialética radical do Brasil negro**. São Paulo: Anita Garibaldi, 2014.

MUSEU VIRTUAL RIO MEMÓRIAS. [Rio Memórias]. [Rio de Janeiro]. Disponível em: <https://riomemorias.com.br/memoria/cabeca-de-porco/> Acesso em: 26/04/2025.

NICOLA, Patrícia. **A Zona Oeste do Rio de Janeiro como eixo de expansão urbana para habitação de interesse social: Considerações a partir do Programa Minha Casa Minha Vida em Senador Camará. Dilemas**, v. 14, n. 3, p. 843-858, set. 2021.

OLIVEIRA, Francisco de. **Crítica à Razão dualista: O ornitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, Patricia da Silva. **Remoções no Rio de Janeiro do século XIX e o processo de segregação socioespacial. XVI Simpósio Nacional de Geografia Urbana**. Vitória, 2019.

ORGANIZAÇÃO INTERNACIONAL DO TRABALHO (OIT). **Panorama Laboral 2024 de América Latina y el Caribe**. Lima, 2023.

PAULA, Tainá de. **Um novo modelo urbano para outro projeto de sociedade**. Disponível em: <https://educacaoeterritorio.org.br/reportagens/um-novo-modelo-urbano-para-outro-projeto-de-sociedade-entrevista-com-taina-de-paula/> Acesso em: 30/01/2025.

PEDROSO, Júlia de Souza; SILVA, Kauana Soares da; SANTOS, Laiza Padilha dos. **Pesquisa Descritiva e Pesquisa Prescritiva. JICEX**, v. 9, n. 9, p. Santa Cruz do Sul/RS: UniSantaCruz, 2017.

PRADO JR, Caio. **Formação do Brasil contemporâneo: Colônia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2011.

PROENÇA, Wander de Lara. **O método da observação participante. Antropos**, n. 4, p. 1-24, abr. 2007.

RIBEIRO, Darcy. **O povo brasileiro: A formação e o sentido do Brasil**. São Paulo: Global, 2015.

RIO DE JANEIRO (Município). Secretaria Municipal de Urbanismo. **Evolução do uso e ocupação do solo 2009-2013**. Rio de Janeiro, 2014. Disponível em: <http://www.rio.rj.gov.br/dlstatic/10112/4236391/4142544/RELATORIOOCUPACAOEUSODOSOLO20092013ApresentacaoFinal.pdf> Acesso em: 29/04/2025.

RIO DE JANEIRO (Estado). Secretaria de Segurança Pública - Instituto de Segurança Pública. **UPP**. Rio de Janeiro, 2024. Disponível em: <https://www.ispdados.rj.gov.br/UPP.html> Acesso em: 25/09/2024.

ROCHA, Lia de Mattos. **Associativismo de moradores de favelas cariocas e criminalização. Estudos Históricos**, v. 31, n. 65, p. 475-494, set. 2018.

SANTOS, André Luiz. **Do Mar ao Morro: A geografia histórica da pobreza urbana em Florianópolis**. 2009. Tese (Doutorado em Geografia) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.

SCHUELER, Adriano Soares de; KZURE, Humberto; RACCA, Gustavo Badolati. **Como estão os resíduos urbanos nas favelas cariocas?. Revista Brasileira de Gestão Urbana - URBE**, v. 10, n. 1, p. 213-230, abr. 2018.

SEBRAE. **Guia completo para o Microempreendedor Individual - com alterações da lei geral**. Bahia/BA, 2017. Disponível em: [https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/guia_do_microempreendedor_\(2\).pdf](https://sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/UFs/BA/Anexos/guia_do_microempreendedor_(2).pdf). Acesso em: 12/07/2024.

SILVA, Lorena Duarte da. **As Favelas: Sua grandeza e seu potencial econômico**. **Revista PET Economia**, v. 2, p. 53-59, dez. 2020.

SILVA, Mayara Grazielle Consentino Ferreira da. **Algumas considerações sobre a reforma urbana Pereira Passos**. **Revista Brasileira de Gestão Urbana - URBE**, v. 11, p. 1-11, mai. 2019.

SOARES, Luiz Eduardo. **Milícias: Um desafio para a democracia brasileira**. Disponível em: <https://insightinteligencia.com.br/milicias-um-desafio-para-a-democracia-brasileira/> Acesso 12/01/2025.

SOARES, Rafael. **Moradores ameaçados e expulsos pelo tráfico ainda pagam parcelas de apartamentos do ‘Minha casa, minha vida’**. 2015. Disponível em: <https://extra.globo.com/casos-de-policia/moradores-ameacados-expulsos-pelo-trafico-ainda-pagam-parcelas-de-apartamentos-do-minha-casa-minha-vida-16581117.html>. Acesso em 12/04/2025.

STAKE. Robert Earl. **Case studies**. In: DENZIN, Norman Kent; LINCOLN, Yvonna Sessions. Thousand Oaks: Sage, 2000.

THEODORO, Mário. **A sociedade desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil**. Rio de Janeiro: Zahar, 2022.

VALLADARES, Licia do Prado. **Passa-se uma Casa: Programa de Remoção de Favelas do Rio de Janeiro**. Rio de Janeiro: Zahar, 1978.

VALLADARES, Licia do Prado. **A invenção da favela: Do mito de origem a favela.com**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

VINUTO, Juliana. **A amostragem em bola de neve na pesquisa qualitativa: Um debate em aberto**. **Revista Temáticas**, v. 22, n. 44, p. 203-220, dez. 2014.

XIMENES, Luciana Alencar; CARDOSO, Adalto Lúcio; LUFT, Rosângela Marina. **Política de urbanização de favelas no Rio de Janeiro: Dimensões institucionais e normativas**. **Cadernos MetrÓpole**, v. 25, n. 58, p. 993-1015, set. 2023.

YACCOUB, Hilaine de Melo. **Lições da Favela: As economias de compartilhamento de bens e serviços na Barreira do Vasco - RJ.** Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, 2015. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=2699183 Acesso em: 30/01/2025.

YIN, Robert Kuo-zuir. **Estudo de Caso: Planejamento e métodos,** Porto Alegre: Bookman, 2003.

ZALUAR, Alba. **Integração Perversa: Pobreza e tráfico de drogas.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2004.

ZALUAR, Alba; CONCEIÇÃO, Isabel Siqueira. **Favelas Sob o Controle das Milícias no Rio de Janeiro. São Paulo em Perspectiva,** v. 21, n. 2, p. 89-101, jul. 2007.

APÊNDICE – ROTEIRO DE ENTREVISTAS SEMIESTRUTURADAS

Idade:

Gênero:

Estado civil:

Tempo de trabalho:

Quantos empreendimentos já teve:

Quais os ramos de negócios em que já atuou:

- 1) Durante o processo de modernização do Brasil, a ocupação dos centros urbanos foi marcada pela exclusão social e pela criminalização dos mais pobres. Como você acha que isso influenciou as comunidades de favelas ao longo do tempo?
- 2) O racismo estrutural no Brasil impacta diretamente as pessoas negras que vivem nas favelas. Você percebe situações em que o racismo afeta as oportunidades para empreendedores-moradores?
- 3) O aumento das apostas online tem limitado o consumo em comércios locais nas favelas. Você acredita que essa realidade está presente em sua favela?
- 4) Como você vê os desafios relacionados à moradia e infraestrutura na sua favela?
- 5) Apesar de estarem associados à pobreza, as favelas possuem um enorme potencial econômico pouco explorado. Na sua opinião, quais oportunidades poderiam ser melhor aproveitadas na sua favela?
- 6) A exploração turística das favelas, como pousadas ou circuitos turísticos, transforma essas áreas em mercadorias, mas nem sempre beneficia os moradores. Você concorda com essa afirmação?
- 7) O Estado se relaciona com as favelas por meio de controle, repressão, remoção e integração subordinada. Como você percebe a presença do governo ou das políticas públicas em sua favela?
- 8) As favelas muitas vezes são vistas como espaços geográficos controlados pelo tráfico, o que reforça estigmas negativos. Você sente que sua favela enfrenta preconceitos ou julgamentos externos por conta desse tipo de visão?
- 9) As UPPs aplicam controle e vigilância nas favelas, mas nem sempre trazem benefícios para os moradores. Como você avalia a presença de políticas de segurança pública na sua favela?
- 10) O MEI foi criado para apoiar pequenos empreendimentos em comunidades como as favelas. Você acredita que esse modelo é realmente acessível para os moradores da sua favela?
- 11) Em algumas favelas, os empreendedores precisam lidar com dinâmicas locais ou dificuldades impostas. Você acha que os empreendedores da sua favela enfrentam desafios específicos como esses?

12) A religião pode influenciar as relações sociais nas favelas. Qual é o papel da religião na sua comunidade? Você entende que a religião promove mudanças positivas ou enfrenta resistências?